

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento da Escola de Sociologia e de Política Públicas

**CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS: UM ESTUDO DE CASO
NO CENTRO DE ACOLHIMENTO CASA DO PARQUE**

Carolina Mateus Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientadora

Professora Doutora Maria das Dores Horta Guerreiro

Professora Associada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2018

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento da Escola de Sociologia e de Política Públicas

**CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS: UM ESTUDO DE CASO
NO CENTRO DE ACOLHIMENTO CASA DO PARQUE**

Carolina Mateus Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientadora

Professora Doutora Maria das Dores Horta Guerreiro

Professora Associada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2018

AGRADECIMENTOS

Presto aqui os meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a finalização desta grande etapa da minha vida e que estiveram sempre ao meu lado. Foram longos meses árduos, mas é com enorme orgulho e satisfação que completo esta fase do meu percurso académico, ciente de que este não teria sido possível se caminhasse sozinha neste mundo.

Agradeço à minha orientadora Professora Maria das Dores Guerreiro, por me transmitir todo o seu saber e pelo esforço e empenho na concretização do presente documento.

Agradeço à Crescer Ser, especificamente ao Centro de Acolhimento Casa do Parque pela sua disponibilidade para a recolha dos dados. Um especial agradecimento à Dra. Ana Faustino, à Dra. Teresa Manuel, à Dra. Mónica Guerra e a toda a equipa auxiliar de ação educativa pela grande ajuda prestada para concretização da minha dissertação.

Agradeço a todos os meus colegas de turma do mestrado em Sociologia, pela partilha de ideias e de conhecimentos ao longo destes dois anos.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus pais, à minha irmã, ao meu namorado e à minha amiga Sofia por sempre acreditarem que eu era capaz, pela força e coragem que me transmitiram, por todo o carinho e palavras de incentivo, fundamentais neste meu percurso.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo perceber as situações das crianças em perigo que passam por um processo de institucionalização. O trabalho de campo realizou-se de 13 de março de 2017 a 28 de maio de 2018 no Centro de Acolhimento Casa do Parque. A investigação realizada é de caráter qualitativo, com recurso a diferentes procedimentos de recolha de informação e de análise. Para além do estudo da instituição e do seu modo de funcionamento através de observação participante, análise documental e entrevistas, a pesquisa centrou-se no estudo de 18 casos de crianças com idades compreendidas entre os oito meses e os 11 anos, acolhidas durante aquele período de tempo. Sobre estas crianças foram elaboradas biografias que permitiram conhecer os seus antecedentes familiares e respetivas situações de risco, bem como os projetos de vida para elas construídos.

Palavras-chave: Sociologia da infância; Crianças em risco e perigo; Instituição de acolhimento; Projetos de vida

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyse the situation of children who went through the process of institutionalization. The field work was held from March 13, 2017 to May 28, 2018 at Casa do Parque, a Housing Center. The research is qualitative in nature using various procedures for collecting information. Beyond institutional study and its operating modes through participant observation, documented analysis and interviews, the data collection and analysis were focused on 18 cases of children ranging from eight months to 11 years, who were hosted in this foster care institution during the time period of the research. Biographies were elaborated about this children which allowed us to know their family background and their respective risk situations, as well as the life projects that were built for them.

Keywords: Sociology of childhood; Child maltreatment; Children at risk; Foster care institutions; Life projects

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice de figuras	vii
Índice de quadros.....	vii
Glossário de siglas	viii
1. Introdução.....	1
2. Revisão bibliográfica.....	3
3. Metodologia.....	7
3.1. Plano de investigação.....	8
4. Caracterização da Casa do Parque.....	12
4.1. História da instituição	12
4.2. Dinâmicas de funcionamento.....	15
4.2.1. A nível escolar.....	15
4.2.2. Nos cuidados de saúde	17
4.2.3. Nas atividades quotidianas	18
4.3. Recursos humanos	20
4.4. Instalações.....	21
4.5. Voluntários.....	22
4.6. Organizações que apoiam a Casa do Parque.....	24
4.7. O processo de acolhimento das crianças na Casa do Parque	26
4.7.1. Admissões	26
4.7.2. Saídas	27
5. As crianças da Casa do Parque. Breves retratos sociológicos.....	28
6. A construção dos projetos de vida no quadro das dinâmicas institucionais.....	33
Conclusão	39
Referências bibliográficas	41

Fontes	42
Apêndices	1
Apêndice nº 1 – Quadro das crianças acolhidas de 13/03/2017 a 28/05/2018	2
Apêndice nº 2 – Quadro sobre os familiares das crianças acolhidas de 13/03/2017 a 28/05/2018	4
Apêndice nº 3 – Guião de entrevista.....	5
Apêndice nº 4 – Guião de observação	6
Curriculum vitae	7

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de análise	8
---	---

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Escolaridade das crianças acolhidas na Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018.....	17
Quadro 2 - Recursos humanos da Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018.....	21
Quadro 3 - Apoio recebido dos voluntários	22
Quadro 4 - Problemáticas que conduziram ao acolhimento das crianças da Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018	27
Quadro 5 - Crianças acolhidas na Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018 segundo o escalão etário e o sexo	32

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

APDMF - Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento parental

CASA - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CAT - Centro de Alojamento Temporário

CADIn - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil

CNPDP CJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EATL - Equipa de Assessoria ao Tribunal de Lisboa

EMAT - Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunal

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PEI - Projeto Educativo Individual

PPP - Processo de Promoção e Proteção

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos têm sido bastante notórias as mudanças do lugar que as crianças ocupam no contexto familiar. Nas últimas décadas os maus tratos às crianças passaram a ser interpretados como um problema social e a família passou a ser entendida num duplo sentido. Se por um lado é considerada um lugar de afeto e proteção, por outro é vista com um lugar onde pode ocorrer violência e abusos.

Consequentemente o Estado passou a intervir na esfera privada e a legislação sofreu alterações, passando a contemplar situações de abuso de crianças. Foram criadas entidades especializadas na proteção das crianças, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que intervêm numa primeira fase e suplementam o trabalho desenvolvido nas instituições de acolhimento e, em última instância, os tribunais.

Na sociologia existem vários estudos sobre o lugar da criança na família, mas são raros os que focam a vida da criança em ambiente institucional. Desta forma, é bastante relevante conhecer as crianças em perigo, conhecer as situações por que passam as famílias, conhecer as instituições de acolhimento e os problemas que enfrentam, bem como conhecer os casos concretos e os projetos de vida delineados para cada criança no final da sua institucionalização.

Esta dissertação enquadra-se no programa de mestrado em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), e centra-se no tema das crianças institucionalizadas. O presente documento refere-se a toda uma pesquisa intensiva realizada no Centro de Acolhimento Casa do Parque.

É fundamental conhecer e compreender a estrutura orgânica em que o investigador se encontra inserido. As casas de acolhimento assumem um papel fundamental na proteção de crianças, expostas a situações de perigo, constituindo-se como um lar. O acolhimento institucional é uma condição transitória, que se centra na ideia do futuro e na definição do projeto de vida da criança, tendo em vista a sua futura autonomia e (re)integração social e familiar. A área das crianças e jovens em perigo é especialmente complexa, sujeita a normas específicas de funcionamento e gestão que exigem o conhecimento dos quadros normativos e jurídicos em vigor sem o qual dificilmente se colocará em prática uma intervenção que possa corresponder às exigências éticas e processuais que o acesso a contextos institucionais desta natureza envolve.

Deste modo, o estudo foi centrado nas crianças em ambiente institucional. A pesquisa foi orientada pela seguinte questão: Como é realizado o processo de institucionalização das crianças em perigo e quais os antecedentes de risco que estiveram na sua base?

Definiu-se como objetivo geral: Conhecer e aprofundar as situações das crianças em perigo que passam por um processo de institucionalização. E como objetivos específicos: 1) Conhecer os antecedentes sociais e familiares de crianças institucionalizadas e os motivos específicos que levaram à sua institucionalização; 2) Conhecer e caracterizar uma instituição específica de acolhimento de crianças, as respectivas equipas e procedimentos de trabalho com as crianças que acolhem; 3) Conhecer os projetos de vida delineados para cada criança no final da sua institucionalização.

O documento divide-se nos seguintes cinco capítulos, de forma a relatar toda a pesquisa empírica realizada ao longo deste estudo: Revisão bibliográfica; Metodologia; Caracterização da Casa do Parque; As crianças da Casa do Parque. Breves retratos sociológicos e a construção dos projetos de vida no quadro das dinâmicas institucionais.

Para além destes capítulos, o Resumo, Abstract, Introdução, Conclusão, Referências bibliográficas, Fontes e Apêndices fazem parte da estrutura do documento.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A sociologia da infância integra a infância como objeto sociológico, e encara as crianças como indivíduos que são capazes de se desenvolver, independentemente das representações sociais e históricas construídas para as mesmas. Afasta-se das perspetivas biológicas que referem a infância como etapa intermédia de desenvolvimento analisando-a à luz das suas condições de existência, das “representações e imagens historicamente construídas” (Sarmiento, 2005, p.363).

A conceção de infância sofreu alterações ao longo dos anos, tem vindo a ser uma categoria social alvo de maior preocupação. “A família moderna, sentimentalizada e privatizada, surge como um dos mais devastadores lugares de risco (ou morte) para a criança” (Almeida, 2009, p.89), porventura porque coexistem em sociedade vários modos de viver a família, associados a diferentes representações sobre as crianças e sobre os cuidados a que têm direito.

Trabalhos de autores como os de Vanessa Cunha (2007) “O Lugar dos Filhos. Ideias, Práticas e Significados” sobre o lugar da criança na família mostram, na verdade, essa diversidade de entendimentos, a que podem estar inerentes práticas de educação e de cuidado que se não coadunam com os padrões e normas vigentes. Estudos de Almeida (2009), entre muitos outros a nível nacional e internacional, dão conta de uma pluralidade de maus tratos infligidos a crianças que estão na base da intervenção estatal e, muitas vezes, da retirada das crianças do seu contexto familiar.

Em Portugal existe um número elevado de crianças em que a colocação em instituição se revela a única garantia de proteção e promoção dos seus direitos. Nestes casos, a criança afastada temporária ou definitivamente do meio familiar de origem ou de quem estava a cargo, tem o direito à proteção do Estado, estando para tal definido um conjunto de medidas de política social. Neste sentido,

o acolhimento de crianças e jovens em instituição no território nacional rege-se por uma jurisdição especial de proteção da infância e juventude que enquadra os princípios e normas consagrados em diversos diplomas internacionais ratificados pelo Estado português, de entre os quais se destaca a Convenção sobre os Direitos da Criança (Carvalho, 2013, pág.6),

bem como documentos do Estado Português, isto é, a Constituição da República Portuguesa, o Código Civil Português e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).

A institucionalização das crianças e jovens em perigo baseia-se atualmente na LPCJP n.º 23/2017 de 23 de maio, alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo,

aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos, onde os profissionais devem seguir com rigor a sua aplicação. É através da Constituição da República Portuguesa que se atribui tanto à sociedade como ao Estado os seus deveres de proteção da família, das crianças e dos jovens, tendo em vista o seu desenvolvimento integral e a sua segurança, guiando-se assim pela LPCJP em cima mencionada para a aplicação do Processo de Promoção e Proteção (PPP).

Segundo o ponto dois do artigo 3º da Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, uma criança está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação. h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional (LPCJP n.º 23/2017 de 23 de maio).

A distinção entre risco e perigo “decorre do perigo potencial que o risco acarreta em termos de concretização dos direitos da criança enquanto na aplicação da noção de perigo acresce o elevado grau de probabilidade de ocorrência” (Carvalho, 2013, pág.10). Para a CNPDPCJ:

O conceito de risco de ocorrência de maus tratos em crianças é mais amplo e abrangente do que o das situações de perigo, tipificadas na Lei, podendo ser difícil a demarcação entre ambas. As situações de risco implicam um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança (e.g.: as situações de pobreza), embora não atingindo o elevado grau de probabilidade de ocorrência que o conceito legal de perigo encerra. A manutenção ou a agudização dos fatores de risco poderão, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo, na ausência de fatores de proteção ou compensatórios. Nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma

situação de risco prévia, podendo instalar-se perante uma situação de crise aguda (e.g.: morte, divórcio, separação). É esta diferenciação entre situações de risco e de perigo que determina os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção, no nosso Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude.¹

Em Portugal, a institucionalização é uma medida de último recurso, sendo de carácter transitório e salvaguardando-se o superior interesse da criança ou jovem retirando-a da situação de perigo em que se encontra (Carvalho, 2013, pág.17). Consta nos direitos da criança ser protegida do perigo que a rodeia, sendo que o acolhimento em instituição tem de ser o último recurso. Compete a cada instituição a função de controlo social e a função de promoção da coesão social, salvaguardando a proteção das crianças e jovens.

A intervenção não é só centrada nas crianças, mas também na sua rede primária e secundária, isto é, tudo aquilo que interage na vida de cada criança. Deste modo, é fundamental a intervenção junto das suas famílias para que as crianças regressem ao seu agregado familiar. É necessária uma intervenção clara e objetiva tendo por base os princípios teóricos e práticos da intervenção com famílias, existindo uma formação parental focada na proteção e no desenvolvimento das crianças que se encontrem em situação de perigo.

Atualmente existem dois modelos de intervenção para proteção social das crianças, sendo estes: o Modelo Educativo e o Modelo de Proteção. Tais modalidades de intervenção competem às entidades públicas e privadas

(...) com atribuições em matéria de infância e juventude, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e, em última instância aos tribunais, quando a intervenção das comissões de proteção não possa ter lugar por falta de consentimento dos pais representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem ou por não dispor dos meios a aplicar ou executar a medida adequada.²

A intervenção na promoção dos direitos das crianças e jovens obedece a um conjunto de princípios expressos na atual LPCJP, no Capítulo I do artigo 4º, da lei nº23/2017 de 23 de maio, sendo estes:

¹ CNPDPCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (n.d), “Conceito de Risco/Conceito de Perigo” (online), consultado em 20.06.2018. Disponível em: <https://www.cnpdpcj.gov.pt/materiais-diversos/a-crianca-em-risco/conceito-de-riscoperigo.aspx>

² CNPDPCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (n.d), “Sistema de Proteção Português” (online), consultado em 20.06.2018. Disponível em: <https://www.cnpdpcj.gov.pt/direitos-das-criancas/legislacao/legislacao-nacional/sistema-de-protecao-portugues.aspx#ponto5>

Interesse superior da criança e do jovem; (...) Privacidade; (...) Intervenção precoce; (...) Intervenção mínima; (...) Proporcionalidade e atualidade; (...) Responsabilidade parental; (...) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas; (...) Prevalência da família; (...) Obrigatoriedade da informação; (...) Audição obrigatória e participação; (...) e Subsidiariedade” (LPCJP n.º 23/2017 de 23 de maio).

Na intervenção com crianças é o adulto/cuidador que deve salvaguardar os seus direitos. Giddens (1994; 1997) atribui uma responsabilidade acrescida aos adultos cuidadores nos contextos de acolhimento de crianças em situação de desproteção. No contexto de acolhimento a relação educativa (cuidador-criança) é a relação mais próxima da parentalidade, é o território primário de desenvolvimento das crianças acolhidas pelo que tais relações poderão ser permeáveis a influências geradoras de relações puras (Morais & Ó 2011, *apud* Giddens, 1994, 1997, p.168).

Quando a rede primária de proteção (família) de uma criança fica gravemente debilitada, podem ser criadas as condições sociais geradoras de maus-tratos. Nestas condições o Estado e a sociedade assumem importantes responsabilidades na vida e no destino destas crianças. À data da elaboração deste capítulo, os dados nacionais mais recentes sobre o acolhimento de crianças reportam ao ano de 2016. De acordo com o Relatório CASA 2016, encontravam-se acolhidas 8.175 crianças em Portugal. A negligência, os maus tratos psicológicos, os maus tratos físicos e os abusos sexuais são as razões mais frequentes para o acolhimento de crianças e a consequente retirada da guarda da família.³

Estes e outros indicadores anunciam que ainda são muitas as crianças que, em Portugal, crescem e se desenvolvem fora do contexto familiar, isto é, fora do contexto ecológico natural do desenvolvimento humano. Os problemas associados ao acolhimento de crianças são vários e estão, vários deles, identificados e diagnosticados em determinados contextos espaço-temporais. Porém, os atuais contornos da realidade social e as rápidas mudanças sociais registadas aliados à multidimensionalidade e complexidade presentes nos percursos de vida das crianças a quem é aplicada uma medida, exigem das instituições um processo de permanente reflexão crítica, atualização e reorganização de recursos. Esta pesquisa procura compreender o modo como uma instituição de acolhimento lida com as situações das crianças que têm ao seu cuidado, e delinea as necessárias medidas que protejam essas crianças dos problemas que vivem e justificaram a intervenção das entidades oficiais.

³ Segurança Social (n.d), “Relatório CASA 2016” (online), consultado em 27.06.2018. Disponível em: http://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/9N8j/content/relatorio-casa-2016

3. METODOLOGIA

Iniciar um processo de pesquisa envolve delinear uma estratégia de investigação e seguir métodos específicos. Deste modo e considerando a complexidade e vulnerabilidade da população alvo que se pretende investigar optou-se por uma pesquisa qualitativa com recurso a diferentes procedimentos de recolha de informação.

A pesquisa qualitativa permite que “(...) em cada momento existe uma estreita relação entre o modelo teórico, estratégias de pesquisa, métodos de recolha e análise de informação, avaliação e apresentação dos resultados da pesquisa” (Aires, 2011, p.14). Segundo Guba e Lincoln “o estudo de caso constitui uma metodologia válida porque proporciona densas descrições da realidade que se pretende estudar (...)”. Este método “(...) responde adequadamente à conceção de múltiplas realidades, aludindo às interações entre investigador e contexto e de outros factos que possam ocorrer ao longo da pesquisa e, finalmente, alimentando o intercâmbio de percepções” (Aires, 2011, *apud* Colás 1992, p.22).

Para atingir os objetivos propostos, o estudo de caso é a estratégia que se entende mais adequada à investigação desenvolvida junto da entidade de acolhimento – Casa do Parque.

Deste modo foi realizado um estágio e desenvolvido um programa de voluntariado que permitiu um contacto prolongado com a realidade em estudo. Ficou-se, assim, a conhecer detalhadamente a instituição, o seu corpo de profissionais bem como as crianças acolhidas de 13/03/2017 a 28/05/2018, a quem se prestou acompanhamento e apoio na prestação de cuidados de diversa índole. Foram analisados os seus processos e conhecidas as suas biografias, antecedentes familiares e motivos de institucionalização.

Como métodos e técnicas de recolha de dados para esta dissertação de mestrado optou-se pelos seguintes: 1) Observação participante enquanto voluntária na casa de março de 2017 a maio de 2018, em contacto diário com as crianças e com os profissionais; 2) Observação não participante das dinâmicas organizacionais e profissionais e das interações das crianças; 3) Análise documental dos processos das crianças e recolha de dados para construção das respetivas biografias; 4) Entrevistas a vários profissionais da instituição, nomeadamente à diretora da casa e à assistente social; 5) Registos em Diário de Campo.

Na condição de ajudante durante aquele período, a autora integrou a equipa de profissionais da instituição, o que permitiu estar envolvida nas suas diversas atividades e ao mesmo tempo fazer observação. Combinou, assim observação participante com observação direta não participante, quando noutros momentos lhe não era possível participar em atividades específicas que requeriam intervenção especializada das profissionais.

No âmbito do plano curricular do mestrado de Sociologia, foi elaborado um trabalho para a disciplina Pesquisa de Terreno no 2º ano do 1º semestre, onde constou a observação não participante em aulas de natação de duas crianças com 3 anos, sendo bastante pertinente para perceber os comportamentos e atitudes das crianças fora do ambiente da casa de acolhimento, com as diferentes pessoas e a relação entre elas. No apêndice nº 4 encontra-se o guião de observação construído.

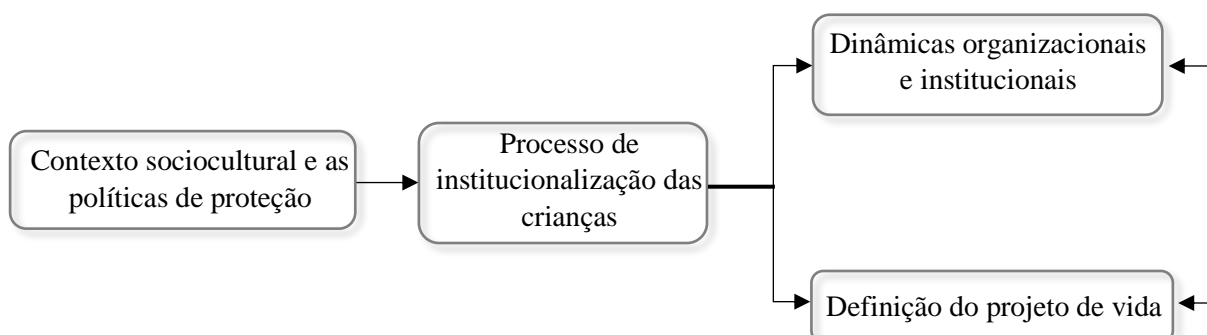
Com uma funcionária da casa, foram acompanhadas duas crianças, cada uma pela mão, até à Piscina Municipal de Outurela, onde eram realizadas as aulas todas as quintas-feiras da 17h às 18h. Nos balneários era ajudada uma criança a vestir-se para ir para a aula, enquanto a funcionária fazia o mesmo à outra criança. Quando ambas as crianças estavam adequadamente vestidas para a aula de natação eram levadas até à entrada da piscina e esperavam pelo professor.

Durante o decorrer das aulas a investigadora permanecia sentada num muro que existe à beira da piscina, e com o telemóvel ia apontado situações que entendia serem mais pertinentes para o seu trabalho de pesquisa de terreno. Enquanto isso a funcionária regressava à casa. Quando as aulas terminavam a funcionária regressava para os balneários da piscina para ajudar a dar banho e a vestir as crianças. Logo que prontas, as duas crianças retornavam acompanhadas para a casa de acolhimento.

3.1. PLANO DE INVESTIGAÇÃO

Na figura 1 é apresentado através de diagrama o modelo de análise e a relação entre as variáveis.

Figura 1 - Modelo de análise



Os percursos institucionais das crianças em perigo são influenciados pelo contexto sociocultural das famílias, pelas suas problemáticas e pelas medidas de promoção e proteção das crianças e

jovens em perigo. Em certos contextos sociais, surgem famílias com uma variedade grande de problemas, com um grau de empregabilidade baixo, com capacidade de organização e planeamento muito débeis e com questões de saúde mental graves. A dinâmica organizacional das instituições depende da forma como estes percursos institucionais são acompanhados pelos vários elementos da equipa. Logo, a forma como a instituição funciona tem influência na intervenção, que deve ter sempre presente os diferentes contextos socioculturais para a definição dos diversos projetos de vida de cada criança.

Deste modo, tomando como ponto de partida o contexto sociocultural e as medidas de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo, pretende-se examinar os percursos institucionais das crianças acolhidas, os projetos de vida para elas delineados bem como as dinâmicas organizacionais e institucionais no quadro das quais se estruturam esses projetos de vida.

Existe um conjunto de situações que colocam em perigo as próprias crianças e levam a que estas sejam acolhidas: nos casos de abandono, de maus tratos, de abuso sexual, de negligência, de violência doméstica, de incapacidade parental e de ausência de suporte familiar.

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, para que a criança desenvolva harmoniosamente a sua personalidade, é necessário “crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão”⁴. Se tal não acontecer a criança pode ficar temporariamente ou definitivamente privada do seu ambiente familiar. O artigo 20º da Convenção sobre os Direitos da Criança frisa que o Estado “tem a obrigação de assegurar proteção especial à criança privada do seu ambiente familiar e de zelar para que possa beneficiar de cuidados alternativos adequados ou colocação em instituições apropriadas”⁵.

Segundo o ponto um e dois do artigo 49º da Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, a medida de acolhimento residencial:

consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados

e tem com objetivo:

⁴ Unicef - A Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), “Preâmbulo” (online), consultado em 15.06.2018. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf

⁵ Unicef - A Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), “Parte I - Artigo 20º” (online), consultado em 15.06.2018. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf

contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (LPCJP n.º 23/2017 de 23 de maio).

Assim, é fundamental que as instituições estejam bem estruturadas de forma a dar resposta aos direitos das crianças, tais como “contactar regularmente a família, ter acesso à educação e cuidados básicos de saúde, participar nos processos de tomada de decisão no contexto onde se encontra (...)” (Carvalho, 2015, pág.8).

Na intervenção com as crianças, segundo Strecht (1998), “o trabalho à volta das questões da separação, perda e sentimento de pertença são fundamentais no esforço de as ajudar a crescer e a desenvolverem-se como jovens e adultos saudáveis” (Strecht, 1998, pág.77). Estas crianças que “ninguém quer”, tal como o autor indica, necessitam acima de tudo “de alguém (um adulto) que lhes transporte esperança e acredite nelas incondicionalmente, sobretudo porque essa esperança foi coisa que nunca conseguiram criar ou tolerar nelas próprias” (Strecht, 1998, pág.77).

A casa de acolhimento deve ser “reparadora do «eu» infantil se não for sentida como o tal «castigo» para todos e antes reforçar a capacidade de ligação ao mundo, à vida, (...) onde a criança procurará com certeza o afeto, a contenção física e emocional e a autoridade protetora” (Strecht, 1998, pág. 91).

Ainda segundo o mesmo autor, estas crianças vivem grandes momentos de ansiedade geradas pela separação da família que são difíceis de elaborar cognitivamente. Estas crianças não querem pensar, pois isso lhes traz sofrimento, negam a sua experiência traumática e persistem em voltar para casa idealizando um pai, uma mãe e um lar.

A família da criança é sempre uma peça fundamental na intervenção. É essencial que exista uma colaboração permanente entre os técnicos e as famílias visto que “o apoio à criança não é possível sem a (re)construção da noção de família e dos laços familiares, mesmo que isso venha a resultar num projeto de autonomização em detrimento do retorno à família de origem ou até, inclusivamente, na assunção de um corte entre criança ou jovem e família” (Carvalho, 2015, pág. 9).

As crianças consideradas em situação de perigo são expostas a uma multiplicidade de contextos, que colocam em causa a sua segurança e o seu desenvolvimento saudável. Estes fatores não nascem com a mesma frequência ao longo dos tempos, apesar de estarem sempre

presentes. É preciso ter em conta que as crianças são institucionalizadas em idades muito precoces.

Não são apenas os fatores relacionados com as baixas competências, ou comportamentos inadequados que põem em causa o bem-estar da criança, existindo necessidade da sua retirada e institucionalização. Situações de desemprego, precariedade laboral, ausência de condições económicas e de redes de apoio familiar e social são, igualmente, fatores muito presentes em situações de perigo. Existe, a necessidade de perceber todas as relações que se estabelecem nas redes de sociabilidade da família, reconhecendo-se a importância de analisar a mesma como um sistema.

Com tudo o que foi mencionado anteriormente a autora julga pertinente o desenvolvimento de uma investigação focada nas crianças em ambiente institucional porque considera que existem algumas lacunas na informação disponível sobre o assunto, tratando-se, assim, de um tema que requer mais estudo.

4. CARACTERIZAÇÃO DA CASA DO PARQUE

No presente capítulo procede-se a uma breve caracterização da história da Casa do Parque e do seu modo de funcionamento.

4.1. HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO

A Crescer Ser foi criada, em 1986, por um grupo de magistrados⁶, que sentiram a necessidade de levar mais longe a proteção dos menores, despertando nomeadamente a Câmara Municipal de Oeiras para a realidade das crianças em perigo impedidas de viver nas suas famílias, e para a necessidade de serem criadas casas pequenas contrariamente às instituições da época. Deste modo, em 1989 com a sensibilização da Câmara Municipal de Oeiras abriram a primeira casa cedida por esta num apartamento em Oeiras, designada por “Casa do Bugio”, com capacidade de acolher 10 crianças. Em 1997 a Câmara Municipal constrói uma casa de raiz, mudando de instalações para Carnaxide, no Bairro de Outurela-Portela, passando a acolher 14 crianças dos zero aos 12 anos, de ambos os sexos, a qual passou a ser designada por “Casa do Parque”.

No mesmo ano é criada a segunda casa em Cascais, “Casa da Encosta”, cedida de raiz pela Câmara Municipal de Cascais com capacidade de acolher 12 crianças, dos zero aos 12 anos, também de sexo misto.

A estas seguiu-se, em 1994, a criação da “Casa do Infantado”, cedida pela Câmara Municipal de Loures, com capacidade para 12 crianças, de ambos os sexos, na mesma faixa etária das casas anteriores e, em 1996, a primeira Casa no Norte do país, “Casa de Cedofeita”, situada em Cedofeita, cedida pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, com capacidade para acolher 10 crianças, dos zero aos 12 anos, de sexo misto.

Em 2004, a APDMF- Crescer Ser criou um novo projeto, com a intenção de acolher jovens dos 12 aos 18 anos. Deste modo nasceram mais dois Centros de Acolhimento, destinados a adolescentes: no Porto, a “Casa do Vale”, com capacidade de acolher 13 jovens do sexo masculino e, em Lisboa, a “Casa das Amoreiras”, cedida pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social, com capacidade para acolher oito jovens, igualmente do sexo masculino. Em 2005 a “Casa das Amoreiras” muda de instalações para uma casa cedida pela Câmara Municipal de Lisboa, com capacidade para 10 jovens, mudando também de nome para “Casa da Ameixoeira”.

⁶ Dr. Armando Leandro, Dr. Rui Epifânio e Dr. Laborinho Lúcio – Todos juízes do Tribunal de Família e Menores de Lisboa

Em 2007 construiu-se um novo centro de acolhimento em Chão de Couce, Leiria, “Casa do Canto” com capacidade para 23 jovens do sexo feminino.

“A filosofia da Crescer Ser tem por base todo um trabalho rigoroso que se baseia na procura junto da família biológica (nuclear ou alargada) a possibilidade da sua (re)integração⁷.”

A Crescer Ser é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de âmbito nacional, sendo financiada em grande parte através de um acordo atípico com a Segurança Social, que no início previa financiar 80% das despesas da instituição. Hoje em dia esse valor não está atualizado e a instituição sobrevive da boa vontade e contribuição da comunidade envolvente. Recorre à sensibilização para o mecenato social junto de empresas, câmaras municipais, estruturas locais e voluntariado; desenvolve todo um trabalho com e para a comunidade, criando “uma liga de amigos” que prestam apoio de variada ordem, designadamente a nível de prestação de atividades voluntárias, sem as quais dificilmente conseguiria sobreviver.

A Crescer Ser tem como objetivos:

Promover, organizar e dinamizar serviços comunitários de apoio à criança, ao jovem e à sociedade familiar e dinamizar a formação especializada nas áreas de proteção, acolhimento e acompanhamento, a técnicos ligados à problemática das crianças e jovens em perigo.⁷

Tal como se pode ler no seu site, esta associação apresenta como visão: “Nós imaginamos o mundo onde todas as Crianças e Jovens têm reconhecidos e garantidos todos os seus Direitos.”⁷ Como missão visa: “Promover e divulgar os direitos da Criança e Jovens. Acolher crianças vítimas de maus-tratos e perspetivar com elas e suas famílias o seu projeto de vida e sua autonomia.”⁷

Enquanto valores destaca:

a) Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens; b) Prosseguir o Superior Interesse de cada Criança/Jovem; c) Dar prevalência à solução familiar promovendo a Parentalidade Positiva; d) Respeitar o tempo útil da Criança e Jovem; e) Garantir a qualidade no acolhimento de cada criança /jovem; f) Promover soluções inovadoras e criativas a favor das Crianças/Jovens; g) Transparência na atuação; h) Promoção da Autonomia e da Inserção Comunitária das Crianças /Jovens; i) Promover a abertura à comunidade e contribuir para o desenvolvimento Social.⁷

⁷ Crescer Ser – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (n.d), “Visão, Missão e Valores” (online), consultado em 13.03.2017. Disponível em: <http://www.crescerser.org/pt-pt/quemsomos/vis%C3%A3o.miss%C3%A3oevalores.aspx>

Presentemente a Casa do Parque é considerada uma casa de acolhimento para dar resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças a acolher.

De acordo com o artigo 50º da lei n.º 23/2017 de 23 de maio:

1 - O acolhimento residencial tem lugar em casa de acolhimento e obedece a modelos de intervenção socioeducativos adequados às crianças e jovens nela acolhidos. 2 - As casas de acolhimento podem organizar-se por unidades especializadas, designadamente: a) Casas de acolhimento para resposta em situações de emergência; b) Casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher; c) Apartamentos de autonomização para o apoio e promoção de autonomia dos jovens. 3 - Para além das casas de acolhimento, as instituições que desenvolvem respostas residenciais, nomeadamente nas áreas da educação especial e da saúde podem, em situações devidamente fundamentadas e pelo tempo estritamente necessário, executar medidas de acolhimento residencial relativamente a crianças ou jovens com deficiência permanente, doenças crónicas de carácter grave, perturbação psiquiátrica ou comportamentos aditivos, garantindo os cuidados socioeducativos e terapêuticos a prestar no âmbito da execução da medida. 4 - A regulamentação do regime de organização e funcionamento das casas de acolhimento de crianças e jovens consta de legislação própria (LPCJP n.º 23/2017 de 23 de maio).

Neste momento estão acolhidas na Casa do Parque 14 crianças, tendo a mais nova dado entrada em outubro de 2017, com apenas um mês de idade. A mais velha tem nove anos.⁸

Quanto à natureza e funcionamento da Casa do Parque, conforme se pode ler no artigo 2º do Regulamento Interno do Centro de Acolhimento: “A Casa do Parque é um equipamento com autonomia funcional, que visa o acolhimento de curta duração, garantindo e promovendo os direitos das crianças e/ou jovens” (Regulamento Interno do Centro de Acolhimento Temporário, 2017). É ainda importante destacar que nos seus objetivos gerais a Casa do Parque se destina:

a acolher crianças e jovens em situação de perigo, garantido os cuidados adequados às suas necessidades e proporcionando condições que promovam os direitos das crianças consagrados na Convenção dos Direitos da Criança nomeadamente o direito à educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Regulamento Interno do Centro de Acolhimento Temporário, 2017).

⁸ À data da dissertação de mestrado

Em moldes mais específicos a Casa do Parque na sua atuação visa:

- a) Promover a reintegração da criança da criança ou jovem na família, sempre que possível;
- b) Proporcionar às crianças e jovens a satisfação de todas as suas necessidades básicas em condições de vida tão aproximadas quanto possível às da estrutura familiar e a satisfação das necessidades específicas decorrentes do acolhimento em meio institucional;
- c) Proporcionar os meios que promovam a sua valorização pessoal, social, escolar e profissional;
- d) Avaliar a situação da criança ou jovem, definindo o projeto de vida e elaborando o plano de intervenção individualizado que melhor corresponda ao seu interesse (Regulamento Interno do Centro de Acolhimento Temporário, 2017).

Quem realiza os pedidos de acolhimento é a equipa de gestão de vagas da Segurança Social. Os acolhimentos são decididos pela CPCJ e pelos tribunais.

4.2. DINÂMICAS DE FUNCIONAMENTO

Sobre as dinâmicas de funcionamento focar-se-ão as atividades escolares, a prestação de cuidados de saúde e as atividades quotidianas.

4.2.1. A NÍVEL ESCOLAR

O nível escolar é uma área prioritária na qualidade de atendimento prestado pelo centro.

A Casa do Parque está localizada em Carnaxide, no Bairro de Outurela, onde muitas das crianças abarcadas neste agrupamento de escolas vivem em ambientes familiares disfuncionais e apresentam problemas emocionais. Deste modo, as técnicas da casa tentam estabelecer parcerias que possibilitam a inclusão das crianças acolhidas noutros ambientes educacionais, com modelos de referência mais adaptados.

Devido à legislação do Ministério da Educação, se existir vagas nas escolas da residência as crianças são obrigadas a frequentar essas escolas. Deste modo, de 13/03/2017 a 28/05/2018, o centro de acolhimento articulou com dois estabelecimentos de ensino do Agrupamento de escolas Carnaxide Portela, designadamente: Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância Sophia de Mello Breyner e Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância Amélia Vieira Luís. Seis crianças frequentavam a Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância Amélia Vieira Luís e três crianças frequentavam a Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância Sophia de Mello Breyner.

A casa tem uma parceria com a Sta. Casa da Misericórdia de Oeiras que, a título gratuito, proporcionou a frequência de cinco crianças no vários jardins-de-infância pertencentes à Santa Casa, designadamente: duas crianças frequentavam o Jardim Infância “O Novo Pinóquio” em Algés, duas crianças frequentavam o Jardim Infância “O Traquinas”, em Queijas, e uma criança frequentava o Jardim Infância “1º Maio”, em Carnaxide, apresentando-se como um apoio importante na ajuda da sua socialização e no seu processo de aprendizagem.

A casa tem, também, uma parceria com o Colégio Santiago que, a título gratuito, possibilitou que uma criança frequentasse o jardim-de infância desde agosto de 2015.

Durante o período de tempo referido anteriormente, das crianças acolhidas, sete frequentavam o jardim de infância, três frequentavam o primeiro ano, uma frequentava o segundo ano, duas frequentavam o terceiro ano, outras duas frequentavam o quarto ano e três permaneciam no CAT com acompanhamento de uma educadora social que realiza planos de estimulação e treinos de competências parentais com as suas famílias. Estas crianças mais pequenas desfrutaram ainda da possibilidade de fazerem pequenas saídas individuais como: idas a parques infantis, idas ao centro comercial Alegro, criando assim momentos mais individualizados. (Quadro 1)

Para um bom acompanhamento do processo de aprendizagem das crianças acolhidas, as técnicas deslocam-se com frequência aos estabelecimentos de ensino, para reuniões, de forma a articular e sensibilizar para a problemática específica das crianças.

As crianças que frequentam o primeiro ciclo, de uma forma genérica, mostram dificuldades na aprendizagem da leitura, no saber estar na sala de aula, no respeitar o professor e os colegas, tal como na motivação para realizar os trabalhos de casa. Desta forma, é um desafio para a equipa da casa definir estratégias para ajudar estas crianças a superar estas dificuldades precisando de ter uma atuação individualizada para conseguir colmatá-las.

Além da participação nas atividades proporcionadas no âmbito dos estabelecimentos de ensino, as crianças dos três aos nove anos frequentavam aulas de natação nas Piscinas de Outurela Portela, geridas pela entidade Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Socioculturais e Desportivos, E.M. – Piscina Municipal de Outurela, para promover o desenvolvimento e a socialização das crianças. Esta atividade tem o apoio de uma voluntária que financia o pagamento das aulas de natação a 100%, e realizava-se às segundas feiras para as crianças dos quatro aos nove anos e às quintas feiras para as crianças de três anos.

Quadro 1 - Escolaridade das crianças acolhidas na Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018

Escolaridade	Nº de crianças	Idades
Permanece em casa	3	De 8 meses a 1 ano
Jardim de infância	7	De 1 ano aos 6 anos
1º ano	3	De 6 a 7 anos
2º ano	1	8 anos
3º ano	2	8 e 9 anos
4º ano	2	10 e 11 anos

4.2.2. NOS CUIDADOS DE SAÚDE

Após o acolhimento da criança é marcada uma consulta no centro de saúde da área de residência e durante o acolhimento mantêm-se as consultas de especialidade.

A Casa do Parque tem uma parceria com a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, desde de 2014, sendo uma mais valia para os cuidados prestados ao nível da saúde das crianças acolhidas.

As crianças beneficiam do acompanhamento e vigilância de saúde ao nível das seguintes especialidades: a) Saúde Infantil; b) Saúde Audição; c) Saúde Visão; d) Cardiologia; e) Higiene Oral; f) Medicina Oral; g) Medicina Dentária; h) Terapia da Fala; i) Urgência; j) Psicologia; k) Vacinação; l) Desenvolvimento; m) Pediatria.

A Fundação colabora no envolvimento das famílias proporcionando que estas acompanhem o processo de vigilância da saúde dos seus filhos, tornando-se desta maneira num dos pilares para a operacionalização do projeto de vida das crianças. E durante um período de tempo continua a acompanhar as crianças que concretizam o seu projeto de vida de retorno à família biológica, sendo fundamental para ajudar estas crianças e as suas famílias na adaptação a uma nova fase das suas vidas.

Os encaminhamentos para consultas da especialidade são realizados através dos Centros de Saúde da área de residência em que as crianças se encontravam inscritas antes do acolhimento.

A equipa recorre exclusivamente à Unidade de Saúde Familiar de Carnaxide, nas situações atípicas como é o caso de crianças seguidas no hospital, não necessitando de ser inscritas na Fundação; em casos de vacinação e em situação de complemento à urgência do Hospital São Francisco Xavier, por exemplo em caso de quedas.

A casa conta com o apoio de uma dermatologista a quem recorre sempre que é necessário o apoio para alguma criança nessa área. As consultas são gratuitas e realizadas na Casa do Parque ou na CUF de Miraflores.

Muitas das crianças acolhidas têm acompanhamento psicológico com uma periodicidade semanal. As crianças apresentam diagnósticos: de hiperatividade, de défice de atenção, de extrema agitabilidade, de agressividade, de baixa autoestima e défice em habilidades sociais. Algumas também são acompanhadas em consultas de pedopsiquiatria, sendo necessário dar as medicações prescritas, pois somente desta forma conseguem estar atentos e concentrados na sala de aula. Os acompanhamentos em pedopsiquiatria realizam-se no CADIn.

As técnicas da Casa do Parque consideram que a maior lacuna na área da saúde é ao nível da inexistência de respostas para crianças que apresentavam um acentuado sofrimento emocional e alterações na gestão dos afetos, associado a acentuadas dificuldades em gerir a frustração e défices de competências sociais, apresentando-se um desafio para as técnicas, a procura de estratégias eficazes para conseguir minorar os danos causados pelos graves traumas emocionais a que foram sujeitas.

4.2.3. NAS ATIVIDADES QUOTIDIANAS

Durante a manhã as crianças com idades inferiores a três anos mantêm-se em casa, com o objetivo de desfrutarem de uma atenção mais individualizada. Uma abordagem centrada no desenvolvimento dos planos de intervenção das competências parentais e, se possível, de visitas diárias, principalmente das mães, para serem ajudadas a estabelecer uma relação de vinculação sensível e de acordo com as necessidades dos seus filhos, realizando o banho diário e a alimentação. Contam ainda com o apoio diário, da parte da manhã, de uma voluntária que se desloca à casa para proporcionar a estes bebés vivências normativas, saídas a parques infantis, supermercados, ateliers, museus, entre outros.

As crianças com idades superiores a três anos são integradas em jardins de infância e escolas do primeiro e segundo ciclos, regressando a casa por volta das 15h30. Estas não frequentam as atividades de apoio extracurricular do agrupamento, pois as técnicas consideram que nestes períodos surgem frequentemente conflitos que não ajudam no processo de socialização. As crianças, no final do dia, estão mais cansadas, mais frustradas e tendem a ter

mais alterações nos seus comportamentos. Tendo em conta que os professores das atividades de apoio extracurricular não são os mesmos professores que lhes dão aulas, não conseguem ter tanto controlo no grupo, gerando-se deste modo muitos comportamentos agressivos.

Após as 15h30, as crianças do primeiro ciclo brincam livremente, sob a supervisão das auxiliares de ação educativa e beneficiam do apoio de voluntários para realizar atividades lúdicas e para o apoio educativo. Às segundas feiras, entre as 17h e as 18h, as crianças dos quatro aos nove anos frequentam aulas de natação nas Piscinas de Outurela Portela e às quintas feiras, durante o mesmo horário, as crianças de três anos.

Desde 2008, a casa usufrui do apoio diário, das 14h30 às 20h30, de um voluntário ao abrigo de uma parceria de voluntariado europeu, através do protocolo estabelecido com a Associação ProAtlântico. Das 17h às 20h contam com a presença de uma jovem ao abrigo do programa tempo jovem, que pertence à Câmara Municipal de Oeiras, e garante um apoio diário dirigido às crianças mais pequenas. Este apoio é muito importante no sentido de dar uma atenção especial, de afeto e de brincadeiras, aos mais pequenos.

A instituição conta com o apoio da Ludoteca da Fundação Marquês de Pombal, que de uma forma pontual integra algumas crianças da casa nas suas dinâmicas diárias. Pode ainda contar com esse apoio mais sistemático nos períodos das férias escolares, participando em passeios, visitas de estudo, teatros, piscinas e nas colónias de férias de Verão.

A equipa utiliza dois tipos de registos diários: o livro de registo diário, onde são registados os acontecimentos do turno e o registo cumulativo, onde são registados os acontecimentos de cada criança no turno. É elaborado um Projeto Educativo Individual (PEI) para cada criança, apresentando os objetivos mensais com a criança e a sua família. Cada projeto educativo individual é da responsabilidade de um técnico de referência e de um colaborador e a elaboração/avaliação de cada projeto é debatida nas reuniões mensais, na presença da equipa educativa e da equipa técnica.

A equipa interna da casa realiza dois tipos de reuniões mensais de trabalho, apresentando-se como um espaço privilegiado de crescimento e de envolvimento, onde são debatidas as estratégias e o tipo de intervenção a realizar, tendo em conta as necessidades específicas de cada criança.

Realizam-se reuniões com a equipa educativa, e com a equipa técnica com o objetivo de melhoria da intervenção e de discutir as melhores estratégias a implementar com cada criança, para promover o seu desenvolvimento harmonioso. Todas têm oportunidade de apresentar sugestões de melhoria e propor atividades de acordo com a dinâmica do próprio centro, altura do ano, épocas festivas e férias. Nestas reuniões de equipa, é utilizada uma

metodologia onde se promove o envolvimento e participação ativa de todas as cuidadoras, onde existem dois momentos bem diferenciados. Em primeiro lugar é partilhada toda a intervenção social realizada para a definição do projeto de vida, assim como se dá a conhecer à equipa o impacto que a história de vida de cada criança tem na gestão dos seus afetos/comportamentos. Em segundo lugar são debatidos os objetivos/estratégias definidos no PEI de cada criança, bem como a reorganização das rotinas da casa sempre com o objetivo de melhor responder às necessidades de cada criança.

Realizam-se, igualmente, reuniões com a equipa alargada - equipa técnica, equipa educativa, uma jurista, elemento essencial no apoio jurídico e com a secretária geral da associação e coordenadora dos centros de acolhimento. Estas reuniões têm como objetivos debater e definir as melhores estratégias de intervenção para cada caso.

4.3. RECURSOS HUMANOS

A equipa da Casa do Parque é composta por uma diretora técnica – licenciada em psicologia; uma diretora adjunta – com um bacharelato em educadora de infância (com destacamento do ministério da educação); uma técnica de serviço social – licenciada em serviço social; uma educadora – licenciada em educação social; uma equipa de seis auxiliares de ação educativa; uma auxiliar de limpeza e uma cozinheira. A casa é ainda apoiada por mais um elemento que concretiza um estágio profissional no âmbito do centro de emprego, tal como pode ser observado no quadro 2.

A equipa técnica assegura horários que garantem o tempo de intervenção com as crianças e as suas famílias, sendo normalmente das 9h às 18h30. A equipa auxiliar de ação educativa funciona em turnos rotativos de oito em oito horas (manhã – 8h às 16h; tarde – 16h às 00h e noite – 00h às 8h), sete dias por semana. Nos turnos da manhã e da tarde apresentam-se duas colaboradoras e nos turnos da noite apresenta-se apenas uma colaboradora. A casa durante a noite conta com a presença de um colaborador do sexo masculino, que se apresenta como um apoio, se necessário. A educadora tem um horário fixo das 8h às 16h, de segunda-feira a sexta-feira.

Quando é admitido um novo funcionário no centro são enviados os seguintes documentos para a sede: a) Ficha de identificação do funcionário; b) Fotocópia do documento de identificação; c) Declaração fiscal devidamente preenchida; d) Comprovativo de

comunicação de admissão de novo funcionário à Segurança Social; e) Curriculum vitae; f) Cópia do certificado do curso ou habilitações escolares.

Tanto na sede como no centro têm de estar devidamente atualizados em arquivo: a) Contrato de trabalho; b) Avaliação anual de desempenho; c) Justificações de consultas ou baixa por doença; d) Certificado de registo criminal; e) Documentação interna diretamente relacionada com o funcionário; f) Documento comprovativo da comunicação de suspensão do exercício de atividade do funcionário ou estagiário.

Quadro 2 - Recursos humanos da Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018

Função	Sexo	Idade	Formação	Iniciou o contrato de trabalho	Tipo de contrato
Diretora técnica	Feminino	53	Licenciatura em psicologia	2003	Efetivo
Diretora adjunta	Feminino	58	Bacharelato em educadora de infância	2000	Efetivo
Técnica de serviço social	Feminino	37	Licenciatura em serviço social	2004	Efetivo
Educadora	Feminino	42	Licenciatura em educação social	1997	Efetivo
Auxiliares de ação educativa	Feminino	56	Terminou o 6º ano	2013	Efetivo
	Feminino	25	Licenciatura em serviço social	2014	Efetivo
	Feminino	25	Licenciatura em serviço social	2015	Efetivo
	Feminino	24	Licenciatura em educação e formação	2015	Efetivo
	Feminino	33	Terminou o 12º ano	2015	Efetivo
	Feminino	31	Licenciatura em educação social	2017	Efetivo
Auxiliar de limpeza	Feminino	50	Terminou o 4º ano	2008	Efetivo
Cozinheira	Feminino	65	Não tem o ensino básico concluído	2004	Efetivo

4.4. INSTALAÇÕES

A Casa do Parque é composta por um quarto individual, três quartos quádruplos, uma casa de banho para as crianças, duas casas de banho para os funcionários, duas salas de refeições, uma sala de estar, uma sala de estudo, uma despensa, uma cozinha, um quarto de arrumos, uma lavandaria, um gabinete da direção, um gabinete de atendimento e um jardim com escorrega.

4.5. VOLUNTÁRIOS

Em termos das ajudas voluntárias, estas podem ser divididas em duas vertentes: uma mais direcionada para o apoio direto às crianças e outra para a manutenção das instalações e custos mensais.

No apoio direto às crianças destacam-se 12 voluntários: nove de apoio direto ao estudo/atividades lúdicas, um para apoio diário/estimulação aos bebés, um voluntário direcionado para atividades de grupo e um voluntário europeu. No quadro 3 está descrito o apoio prestado por cada voluntário.

Quadro 3 - Apoio recebido dos voluntários

Voluntários	Ano de início do apoio	Apoio realizado
Uma voluntária	1997	Proporciona às crianças acolhidas passeios, idas ao cinema, ao teatro, momentos de convívio, etc. Esta voluntária em conjunto com a sua mãe sensibilizam outras pessoas e entidades para a realização de donativos
Grupo de voluntariado “Candeia”	1998	Organiza ao longo do ano “Domingadas” e campos de férias no Verão. As atividades decorrem em locais diversos, principalmente ao ar livre, no período da tarde de domingo. Organizam também acantonamentos e acampamentos aos fins de semana que contam com as crianças dos seis anos aos 12 anos. No verão as crianças integraram também campos de férias
Programa europeu de voluntariado designado de “Ação 2 – Serviço de Voluntariado Europeu”	2007	Enquadram um jovem para a ajuda do bom funcionamento da casa
Uma voluntária	2009	Presta ajuda na dinâmica de funcionamento da casa. Está presente diariamente, durante a semana, entre as 8h30 e as 12h, contribuindo para a qualidade do apoio prestado ao nível dos bebés que permanecem em casa. Realiza ainda um acompanhamento a consultas em apoio à educadora da casa, arrumação de armários e seleção de donativos de roupa

Uma voluntária	2010	Ajuda no apoio escolar, proporciona às crianças momentos de convívio, leva-as a jantar fora e ao cinema ou traz jantares diferentes para a casa, como pizzas, cachorros e hambúrgueres
Uma voluntária	2015	Presta apoio lúdico e pedagógico às crianças, paga a atividade da natação e, em conjunto com o marido, apoia na manutenção da casa. O marido sempre que necessário faz reparações na casa
Duas voluntárias	2017	Uma vez por semana ajudam nos trabalhos de casa e, por vezes, realizam atividades de culinária e jogos didáticos
Uma voluntária	2017	Ajuda a preparar as crianças para irem para o jardim-de-infância/escolas
Três voluntárias	2017	Uma apoia uma criança de seis anos, outra apoia uma criança com deficiência motora e a outra voluntária apoia dois irmãos de oito e nove anos

Desde há 15 anos, contam ainda com o apoio de uma voluntária que apoia no pagamento mensal das despesas de farmácia e com dois voluntários que apoiam na manutenção das instalações e custos mensais. Desde 2014 contam com o apoio de um voluntario, morador do bairro, que ajuda ao nível das pequenas reparações ao nível da eletricidade, da canalização e de outros arranjos, como colocação de puxadores e manutenção de armários. A partir de 2016, começaram a contar também com o apoio de uma voluntária que confeciona os bolos temáticos para todos os aniversários das crianças.

Durante o ano beneficiam ainda da ajuda de muitos outros voluntários que dão bastantes donativos a nível de vestuário, brinquedos, materiais, entre outros.

4.6. ORGANIZAÇÕES QUE APOIAM A CASA DO PARQUE

É política da Casa do Parque beneficiar do apoio de diversas entidades que, ao abrigo da lei do mecenato e de outras formas diversas prestam apoio às suas atividades. O número de organizações que apoiam a casa tem crescido ao longo dos anos sendo que. Desta forma serão mencionadas apenas as que dão apoios mais recorrentes.

A Casa do Parque conta com o apoio semanal, desde 2004, do Banco Alimentar com a oferta de produtos frescos e de quatro em quatro meses são abrangidos pela entrega da BOX, que inclui bens alimentares diversos. Deste modo, reduz as despesas de supermercado do mês em que é prestado o apoio. O Banco Alimentar apoia ainda esporadicamente com bens doados. Desde 2007 que a empresa SAG apoia em termos de campanhas de angariação de géneros na época natalícia. Os CTT, desde há 10 anos, com o programa Pai Natal Solidário, oferece prendas muito especiais. As crianças do centro de acolhimento escrevem uma carta ao Pai Natal pedindo o seu sonho de natal. A empresa MacDonalds, desde 2009, colabora através dos seus colaboradores em pequenas obras/reparações nas instalações do centro. É através desta empresa que as obras são dinamizadas, uma vez que se responsabilizou pela sua implementação técnica e orientação dos seus colaboradores, assim como assegurou os custos inerentes à mesma. Proporcionou ainda um lanche, com brincadeiras à mistura, e a oferta de pequenas lembranças para as crianças. Ao longo de todo o ano contam com o apoio de senhas para se fazer almoços/lanches especiais.

A Oney já apoia a Casa do Parque desde 2011, oferecendo um apoio mensal em termos de leite/cereais e outros géneros alimentares. Todos os meses questionam sobre a necessidades da casa e duas colaboradores da empresa deslocam-se à casa para entregar os donativos solicitados, tratando-se de um apoio de elevada proximidade e ajustado às necessidades da casa. Esta empresa, também referenciou a Casa do Parque, para serem apoiados por uma iniciativa do Jumbo designada “Jumbo Naturalmente Low Cost” que se iniciou em 2014. Esta superfície comercial coloca uma máquina com fruta fresca, sumos e leite em várias empresas e sensibiliza os colaboradores dessas empresas para que por cada cinco artigos comprados, será doada uma peça de fruta a uma IPSS. A Oney aderiu a este projeto e escolheu a Casa do Parque para beneficiar deste apoio. Contam com o apoio do Projeto MIMO, desde 2012, ajudando com produtos da Novarroz e Hiperfrango. Desde o mesmo ano que a UNICER oferece uma verba para dar resposta às necessidades mais urgentes e contribui para o enriquecimento da mesa do natal presenteando com águas, sumos, salgados, doces e bolos decorados de forma muito criativa. No ano de 2017 proporcionou ainda uma atividade de minigolfe. Há cinco anos que a MARS dá

incentivo e apoio económico aos colaboradores e estes optam por abdicar desse prémio para reverter a favor do centro. Neste âmbito recebem vários donativos que ajudam a fazer face às despesas mensais.

A Associação Pedagógica “As Descobertas”, em junho de 2017, através dos seus alunos, realizou um arraial cuja verba reverteu para a aquisição de uma televisão LSD visto à existente na casa estar avariada. Em setembro de 2017 a Seidor-SAP entregou mochilas personalizadas para cada criança. Em novembro do mesmo ano a Wall Up apoiou através da realização de obras na casa de banho das crianças. Nesse ano foi acolhida uma criança com deficiência motora pelo que se tornou prioritário adaptar esse espaço de forma a ser funcional para a higiene dessa criança. Em novembro do ano passado a Geoban ajudou com produtos de higiene e de alimentação, tendo alguns colaboradores pintado um muro e limpo as paredes exteriores da casa. Apoiou ainda com uma atividade para as crianças nas férias de natal. A Vimeca, em 2017, solicitou que as crianças fizessem desenhos alusivos à época natalícia para participarem num concurso. O desenho vencedor foi realizado por uma criança da Casa do Parque, tendo o mesmo sido colocado nos autocarros da Vimeca e sido atribuída uma verba para apoio à casa.

A Casa do Parque, para além das empresas já mencionadas, também recebe de várias empresas/entidades apoios em termos de donativos económicos ou de géneros, que ajudaram em termos das suas necessidades: POPMais, Associação Romã Azul, Millennium BCP, Clube Millennium BCP, Associação de Moradores 18 de Maio, Ludoteca da Fundação Marquês de Pombal, Colégio Santiago, Refood de Carnaxide, Nestlé, Century 21, Colégio Marista de Carcavelos, Colégio Maristas de Lisboa, Fundação Oriente, Sonae, Mondelez, Salesianos de Lisboa, Jerónimo Martins, Grupo José de Mello Saúde, Villa Gema, Solvay, Teatro São Carlos, Faculdade de Motricidade Humana, Banco Santander, Adeptos dos Sonhos, Lyons, Banco Farmacêutico, Tartarugas Solidárias, Associação Pedagógica “As Descobertas”, Farmácia Junqueiro, SAP, Bombeiros Carnaxide, Liberty Seguros, Bureau Veritas, Novo Banco, Astrazeneca, Prinval, Alergoclin clinica, Noite da Medicina - Faculdade de Medicina de Lisboa, Xerox, Xpand-it, Duo Capital, BPI.

4.7. O PROCESSO DE ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS NA CASA DO PARQUE

Neste capítulo serão retratadas as admissões e as saídas das crianças no Centro de Acolhimento Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018.

4.7.1. ADMISSÕES

Os acolhimentos são decididos pela CPCJ e pelos tribunais. Os pedidos de acolhimento são realizados pela equipa de gestão de vagas da Segurança Social. Assim que é admitida uma criança no centro, é comunicada à direção através de uma informação sucinta, onde tem de constar: a) Data de admissão; b) Nome da criança; c) Data de nascimento; d) Razões de admissão; e) Existência ou não de informação sociofamiliar; f) Existência ou não de avaliação psicológica realizada pelo centro ou anterior à admissão da criança. Após o acolhimento é informado o tribunal e a CPCJ da área competente do acolhimento da criança.

Sempre que o centro acolhe uma criança tem de se iniciar um processo social, que consiste na elaboração de um dossier individual de registos da criança: registos escolares, saúde, psicológicos e diários e dar a conhecer às famílias o regulamento interno. De 13/03/2017 a 28/05/2018 foram acolhidas, na Casa do Parque, sete crianças, três meninas e quatro rapazes. Os pedidos de acolhimento são realizados pela Equipa de Gestão de Vagas, que reúne os pedidos das várias entidades e concretiza os contactos com as instituições fazendo a gestão das vagas existentes.

Durante o intervalo de 13/03/2017 a 28/05/2018 a maioria dos pedidos partiu da EMAT Cascais (cinco casos), seguindo-se a EMAT de Sintra (quatro casos), a CPCJ de Oeiras (três casos), a EMAT de Santarém (dois casos) e apenas com um caso a CPCJ de Cascais, a EMAT de Amadora e a EATL.

No mesmo intervalo de tempo, tal como pode ser observado no quadro 4, as causas que levaram à integração das crianças na instituição foram na sua maioria a negligência, com 13 casos, dois maus tratos físicos e psicológicos e os restantes motivos de acolhimento foram casos isolados, um caso de suspeita de abuso sexual, um caso de maus tratos psicológicos e um caso de uma criança desprovida de documentação legal no aeroporto de Lisboa e cujo acompanhante foi detido. A negligência é uma causa de admissão que pode abranger situações muito variadas.

Quadro 4 - Problemáticas que conduziram ao acolhimento das crianças da Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018

Problemática	Nº de crianças
Negligência	13
Maus tratos físicos e psicológicos	2
Maus tratos psicológicos	1
Suspeita de abuso sexual e negligência	1
Desprovida de documentação legal	1

4.7.2. SAÍDAS

Quando sai uma criança da casa tem de ser transmitida à direção através de uma informação resumida que conste: a) Data de saída; b) Nome da criança; c) Tempo de permanência no centro; d) Tipo de encaminhamento.

De 13/03/2017 a 28/05/2018 foram realizados seis encaminhamentos, dos quais três corresponderam à reintegração junto da família biológica nuclear, dois à adoção nacional e um à reintegração junto da família biológica alargada. Destes seis encaminhamentos o tempo médio de permanência das crianças na casa foi de um ano e três meses. As dificuldades que são encontradas pela equipa técnica no acompanhamento e encaminhamento dos processos são as seguintes: a) Ao nível do tribunal o tempo de espera para marcação de diligências; b) Famílias com um grau de empregabilidade e organização muito frágil; c) Famílias estrangeiras, apresentando dificuldades na comunicação; d) Famílias com questões de saúde mental; e) Articulação com entidades envolvidas nos processos; f) Respostas de acompanhamento na comunidade.

5. AS CRIANÇAS DA CASA DO PARQUE. BREVES RETRATOS SOCIOLÓGICOS

O objetivo deste quinto capítulo é de proceder a uma melhor caracterização das crianças acolhidas na Casa do Parque. Segue-se separado pelo ano do acolhimento uma sintética descrição de cada situação sociofamiliar. Para salvaguardar a identidade das crianças e das suas famílias, os nomes mencionados serão fictícios. Finaliza-se com o quadro 5 da distribuição por sexo dos escalões etários das crianças acolhidas na casa. Foram ainda realizados dois quadros síntese, um sobre as crianças acolhidas naquelas datas e outro sobre os familiares dessas crianças, ilustrados nos apêndices nºs 1 e 2, para melhor análise.

Apresentam-se, de seguida, o que designámos por retratos sociológicos (Lahire, 2004) de algumas crianças da Casa do Parque.

Crianças acolhidas no ano de 2015:

Vera - Em abril foi acolhida uma bebé prematura com dois meses, resultado de uma gravidez mal vigiada. Os pais têm um historial de toxicoddependência, a mãe é acompanhada num programa de tratamento com recurso a metadona. Os progenitores têm uma outra filha de quatro anos, que se encontra acolhida e cujo projeto de vida, decidido pelo tribunal competente, foi a adoção. Após uma estadia de dois anos e cinco meses na Casa do Parque, Vera foi adotada.

Jonas – Em meados de junho foi acolhido um menino de quatro anos que vivia em situação de negligência. A mãe não possuía qualquer competência parental. Desde o nascimento do menino nunca conseguiu assegurar os cuidados sozinha, tendo esta criança sido acolhida, aos quatro meses, em conjunto com a irmã mais velha. Posteriormente foi integrado juntamente com a irmã e a mãe no agregado familiar de uns tios maternos, onde todos sofreram de maus tratos. Por consequência, o tribunal ordenou a retirada destes daquele agregado familiar e foram viver com a avó materna, doente e de idade avançada, onde se encontravam sem regras, sem limites e sem organização. O pai das crianças tem uma doença psiquiátrica diagnosticada e nunca foi uma alternativa para esta situação. Desta forma, o tribunal acabou por decidir pela retirada, ficando os irmãos em diferentes instituições. Dois anos e três meses depois do seu acolhimento Jonas foi adotado.

Artur - No início de janeiro foi acolhido um bebé com sete meses que se encontrava no hospital desde o seu nascimento, tendo nascido prematuramente, efeito de uma gravidez não vigiada. A mãe é portadora do vírus VIH e por não ter fornecido essa informação à equipa médica no momento do parto, o bebé nasceu com o mesmo vírus. Portanto o bebé tem de fazer

uma medicação diária e tem de ter um acompanhamento rigoroso em várias especialidades médicas ao longo da sua vida.

Crianças acolhidas no ano de 2016:

Gabriel e Guilherme – Em novembro foram acolhidos dois irmãos, de sete e nove anos. Viviam com a avó materna, onde sofriam maus tratos psicológicos e, sobretudo, físicos. Anteriormente tinham vivido sempre em contexto institucional, durante cinco anos acompanhados com a mãe. Durante esse tempo a mãe não se conseguiu organizar, nem adquirir competências parentais adequadas às necessidades dos filhos. Após isso, os irmãos foram para outro centro de acolhimento, sem a mãe, onde apostaram na avó materna como projeto vida, o que não se revelou benéfico para as crianças, acabando por regressar ao sistema de acolhimento. Os irmãos são acompanhados pela pedopsiquiatria, sendo também medicados. Estas duas crianças manifestam na sua saúde mental todas as vivências negativas pelas quais têm passado ao longo das suas vidas. A Casa do Parque apostou como projeto de vida na reintegração junto da família biológica e estes dois irmãos, depois de sete meses na casa, foram viver com a sua mãe.

Alexandre e Augusto – No final de abril foram acolhidos na Casa do Parque dois irmãos com dois e quatro anos. O seu acolhimento deveu-se a uma denúncia do estabelecimento educativo, referindo que a criança com quatro anos tinha tido comportamentos e feito verbalizações compatíveis com a possibilidade de ser vítima de abusos sexuais por parte do progenitor. Este caso já tinha sido acompanhado pela CPCJ por questões de negligência. Foi remetido a Tribunal e perante a denúncia e o histórico da família foi feita a retirada dos dois irmãos.

Tatiana – Em agosto foi acolhida uma bebé com dois meses. A bebé foi retirada devido à mãe, portadora do vírus VIH, já ser acompanhada por ter outro filho acolhido na Casa do Parque, o Artur, e ter escondido esta gravidez até ao nascimento da bebé, sem ter tido o devido acompanhamento e medicação.

Isabel – Em meados de dezembro foi acolhida uma menina com cinco anos. O seu acolhimento deveu-se à sua situação já ser acompanhada na CPCJ por denúncia do estabelecimento de ensino, que encaminhou para o hospital onde a menina se encontrava sem alta social. A criança verbalizou supostos abusos por parte do progenitor, tendo já várias vezes dado entrada em diferentes hospitais, acompanhada pela mãe. A mãe sempre levantou suspeitas de suposto abuso sexual à criança por parte do progenitor, mas nunca foram confirmadas nos

exames. Em relação à mãe foram levantadas questões do foro da saúde mental. Passada uma estadia de um ano e quatro meses na Casa do Parque, a Isabel é integrada junto dos seus tios maternos.

Alice e Leonardo – Também em dezembro foram acolhidos dois irmãos, um rapaz de sete anos e uma menina de oito anos. O seu acolhimento deveu-se aos irmãos encontrarem-se a viver com a mãe e mais dois irmãos, numa casa com mais pessoas e todos numa só divisão, sendo que também mostravam sinais de negligência na escola. O irmão mais velho, com problemas de saúde mental, ficava muitas vezes responsável pelas duas crianças. A progenitora tem oito filhos, de diferentes pais, todos eles institucionalizados em diferentes momentos da vida. Os progenitores encontravam-se separados, num ambiente de conflito. Esta situação já era acompanhada pela CPCJ e pelo Tribunal.

Crianças acolhidas no ano de 2017:

Adriana, Sara, Carla – Em março foram acolhidas três irmãs, uma com um ano, outra com quatro anos e a mais velha com seis anos. A situação já era acompanhada na CPCJ de Oeiras há dois anos, devido a existirem queixas anónimas que relatavam que a mãe e a tia materna, com quem as crianças viviam, as deixavam sozinhas em casa e autorizavam a frequência de vários indivíduos naquela casa. A casa era descrita como muito desorganizada e pouco higiénica. O pai é bastante mais velho que a mãe das crianças e não vivia com as mesmas, reside com outra família, apesar de estar presente na vida familiar. As três irmãs foram retiradas devido ao facto de a mãe ter dado à luz um bebé em casa, na presença das três filhas, sem qualquer assistência profissional. O pai, só horas mais tarde, após ter deixado as duas filhas mais velhas na escola é que foi para o hospital com a mãe das crianças. Quando se deu o acolhimento destas meninas só existiam duas vagas na Casa do Parque realizando-se apenas para as irmãs mais novas de um ano e de quatro anos. A mais velha foi acolhida na Casa da Encosta, tendo-se juntado às irmãs na Casa do Parque cinco dias depois, quando surgiu uma vaga.

Bruno – Em setembro foi acolhido um menino com cinco anos de origem guineense, que veio para Portugal aos três anos com o seu pai, ao abrigo do protocolo de saúde entre Portugal e a Guiné Bissau, por carecer de intervenções cirúrgicas e terapêuticas, por ter nascido com mãos em “varão” e pés em “equino varo”. Todavia, devido às dificuldades de comunicação, logísticas e económicas, o pai, que sempre acompanhou a criança, não deu seguimento às terapias indicadas no hospital, dizendo não ter recursos económicos para as deslocações e não

poder trabalhar por ter de ficar a tomar conta do filho. O problema acabou por levar a uma situação de grande precariedade e conseqüente perigo para a saúde e desenvolvimento desta criança.

Sandro - No final do mês de outubro foi acolhido um bebé com apenas um mês. Este veio diretamente do hospital de Cascais. A mãe sofre de uma doença psiquiátrica, recusava a intervenção dos técnicos, fechando-se em casa com o outro filho de um ano, que se encontrava com défice de desenvolvimento. O Sandro, no momento do parto, sofreu graves complicações devido a ausência temporária de oxigénio porque a mãe demorou a deslocar-se até ao hospital e a chamar ajuda. Dado que a mãe duvidava da paternidade deste bebé, não o registou e este acabou por ser acolhido após a sua alta clínica do hospital. O filho mais velho ficou à guarda do pai.

Jorge – No início do mês de novembro foi acolhido um bebé com quatro meses. Este acolhimento deve-se ao incumprimento do acordo estabelecido entre a CPCJ Cascais e os pais do bebé. Os pais não se deslocaram a todas consultas e o plano de vacinação não estava a ser cumprido. Em paralelo a isso, os pais permaneciam em casa com o bebé o dia todo, num ambiente de discussões e de consumos de estupefacientes. O bebé e os pais viviam em casa dos avós paternos e com um tio de 11 anos. A avó paterna é o único sustento da família, com dois empregos, sendo que foi esta que assegurou o bem-estar do bebé nos primeiros meses de vida, mas o facto de o seu horário de trabalho se ter intensificado nos últimos meses, tirou alguns fatores protetores para o bebé considerados pela CPCJ Cascais. A família é de etnia cigana, a mãe tem um diagnóstico de doença psiquiátrica, o avô tem problemas graves de saúde, e o pai regista consumos de estupefacientes, encontrando-se a cumprir pena de trabalho comunitário por ter sido apanhado em posse de drogas e condução sem licença para tal.

Criança acolhida no ano de 2018:

Simão – Em meados de janeiro foi acolhido um menino de nove anos de origem guineense. O menino chegou ao aeroporto de Lisboa proveniente de um voo da Guiné, acompanhado por dois adultos, um dos quais identificando-se como seu progenitor. Porém, trazia documentação ilegal. Um dos indivíduos foi detido, o outro embarcou num voo de regresso à Guiné no dia seguinte e o Simão foi acolhido na Casa do Parque. Com o acolhimento, não obstante a barreira linguística, o menino informou ter vivido nos últimos anos, aos cuidados de um amigo do pai na Guiné e que os progenitores residiam ambos em França sendo o objetivo da viagem juntar-se à restante família em França. O pai do Simão solicitou, em França, à

entidade competente, o reagrupamento familiar deste filho. Contudo, o seu pedido foi indeferido, alegadamente devido ao seu agregado familiar não atingir o rendimento previsto pela lei para ter mais um filho a cargo, tendo sido um ato de desespero que o levou ao encontro com o Simão nas circunstâncias já descritas e viajar com este, sem documentação válida. Após uma estadia de quatro meses na casa, e com toda a documentação já validada, o menino regressa para junto da sua família biológica.

Quadro 5 - Crianças acolhidas na Casa do Parque de 13/03/2017 a 28/05/2018 segundo o escalão etário e o sexo

Escalão etário	Feminino	Masculino
0-2 anos	1	2
3-5 anos	3	2
6-8 anos	2	4
9-11 anos	1	3
Total	7	11

6. A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE VIDA NO QUADRO DAS DINÂMICAS INSTITUCIONAIS

Este capítulo tem por base a análise dos testemunhos de profissionais da Casa do Parque, especificamente através de entrevistas realizadas à diretora e à assistente social. O guião das entrevistas está ilustrado no apêndice nº3 do presente documento. Na perspetiva destas, o projeto de vida de cada criança num centro de acolhimento é o aspeto central, sendo desde logo abordado no primeiro dia que a criança é acolhida, tentando-se desde logo perceber os intervenientes na situação e o histórico familiar.

A definição do projeto de vida parte em primeiro lugar por consciencializar a família sobre o motivo do acolhimento. Esse motivo tem de ser bem interiorizado e assumido pelas famílias, sendo o ponto de partida para a mudança. A intervenção é feita com a família no âmbito da rede de apoio que a família possa ter. As técnicas da casa trabalham muito com a comunidade onde a família está inserida, com as estruturas a que essa família tem de recorrer para cumprir o plano de intervenção que é definido para a sua reocupação e normalização. As instituições da área de residência, assim como os técnicos de apoio às CPCJ e os técnicos de apoio aos tribunais funcionam em larga escala, em rede e com uma noção de complementaridade. Isso faz com que depois haja uma avaliação do sucesso ou não da intervenção em que todas estas pessoas estão envolvidas muito com a família.

A família tem de participar ativamente neste processo. Paralelamente as técnicas da Casa do Parque têm de articular com as estruturas da comunidade para proporcionar o melhor acolhimento possível, que parte pelo envolvimento dos jardins de infância, das escolas, dos equipamentos a que qualquer família recorreria naquela localidade. A Casa do Parque, em primeiro lugar, trabalha as famílias e o retorno às famílias biológicas porque considera que a criança tem direito à sua família. Apenas quando as suas famílias mostram que não são capazes de alterar os motivos que levaram ao acolhimento da criança é que se deve definir um projeto de vida alternativo. Esta intervenção é única com cada criança e com cada família.

As crianças também têm direito a saber, dentro da sua capacidade de compreensão, o que levou a que fossem acolhidas na casa. Esse trabalho é feito em equipa, tanto pela equipa técnica da casa como pela equipa educativa, no sentido de levar a criança a perceber que a sua família precisa de apoio e que tem de haver uma mudança.

As técnicas da casa consideram que quanto menos tempo as crianças estiverem na instituição, melhor, porque têm consciência do trauma que é o acolhimento. A criança que é

separada da família fica exposta a um grande trauma que se prolonga quanto maior for o tempo do seu acolhimento. Por mais que a equipa da casa tente que a Casa do Parque funcione dentro de uma dinâmica normalizada, mais próxima possível de um ambiente familiar, não o é porque a criança não sente ali um sentimento de pertença, não sente ali uma mãe, um pai. Sente um conjunto de pessoas que delas cuidam, mas que não estão lá 24 horas, logo, esse funcionamento acaba por trazer traumas graves no desenvolvimento emocional da criança.

Têm de optar por um projeto de adoção quando todas as opções falham e quando não se vê ali qualquer alternativa familiar à instituição. Um aspeto importantíssimo é a duração do acolhimento e nesse sentido, quando tudo isto falha, a criança não pode ficar à espera que um dia venha a resultar e tem de se definir um projeto que defenda os seus interesses que, na perspetiva das técnicas da casa, será a sua adoção por uma família que não é a sua biológica, mas por uma família que consiga garantir os seus direitos e os seus interesses.

A adoção é um projeto de vida cada vez mais difícil de se definir e leva cada vez mais tempo. É difícil para as crianças, depois de permanecerem durante tanto tempo institucionalizadas, conseguirem superar aquilo que viveram ali. É muito importante que na instituição haja o cuidado de registar a história da criança, não só em termos processuais, mas também em termos das suas vivências que ali teve. A Casa do Parque tenta ter um livro de vida para cada criança, com as fotografias, com as experiências que tiveram enquanto ali permaneceram e que elas levem esse livro consigo para guardarem essas memórias. É a história da criança e ela tem direito à sua história. Portanto, qualquer que seja o projeto de vida, vai facilitar no futuro a criança compreender aquilo que foi o seu percurso até àquele momento.

A dificuldade sentida pela equipa técnica no acompanhamento e encaminhamento dos processos é a enorme quantidade de processos que existe no tribunal e, conseqüentemente, a serem acompanhados pelos diversos serviços faz com que os técnicos não tenham a disponibilidade que seria necessária para conseguir acompanhar convenientemente cada situação. A luta das técnicas da casa é colaborar o melhor possível com todos esses técnicos para a definição célere do projeto de vida das crianças.

As equipas técnicas têm de fazer tudo para apresentar provas que ajudem as CPCJ e os tribunais a definirem também o projeto de vida, seja de retorno, seja no caso da CPCJ de evoluir para tribunal por incumprimento das famílias, seja já no tribunal para definir um projeto de vida alternativo, que passará pela adoção.

Todo esse processo é único, mas implica uma aposta muito grande das equipas para trabalharem em conjunto na definição desse projeto de vida. Há tribunais e situações em que a apresentação de prova tem de ser muito bem fundamentada. Nalguns casos, as técnicas da Casa

do Parque acham que tem de ser até à exaustão, noutros acham que talvez seja mais fácil a apresentação de prova não ser tão minuciosa, mas têm de ir ao encontro daquilo que é solicitado.

As técnicas acham que a apresentação de prova é fundamental. As famílias que visitam as crianças acolhidas têm uma folha onde assinam a presença, mas não é apenas a assinatura e a presença que conta, é a qualidade da relação que é estabelecida nas visitas. Não basta visitar regularmente se depois não fazem todo o outro processo de recuperação. Deste modo, as visitas são quase um instrumento para criar a relação com as famílias e para intervir de forma a se conseguir a mudança.

Em relação aos juízes, as técnicas da casa consideram importante estes conhecerem mais as instituições, terem uma melhor perceção do terreno e irem mais às casas para terem uma maior consciência sobre as realidades das instituições que acolhem as crianças e ouvirem mais as crianças.

As entrevistadas foram solicitadas a mencionar os principais desafios e frustrações que encontram no desempenho das suas funções, bem como a indicar casos bem e mal sucedidos. É dando voz aos seus discursos que aqui se apresentam os desafios.

Desafios:

Desafios são diários, estão sempre a surgir, (...). Temos aqui situações que nos obrigam permanentemente a refletir sobre qual é a melhor forma de atuar junto daquela situação especificamente, daquela mãe especificamente, daquele pai, daquela criança e, portanto, estamos permanentemente a reformular as nossas estratégias e tentar dar a melhor resposta possível para cada situação, quer junto das crianças, quer junto das famílias (Assistente Social da Casa do Parque, 2018).

É a luta pelo bem-estar destas crianças que temos, é algo que eu tenho aqui muito presente. (...) Eu não posso (...) dar resposta por todas as crianças do sistema de acolhimento, mas pelas que entram no cento de acolhimento que eu dirijo tudo faço para alcançar o seu bem-estar. O seu bem-estar não é na instituição, é quando é definido o seu projeto de vida. Nós podemos dizer, por exemplo, em casos de retorno à família biológica que as famílias têm as suas fragilidades e, portanto, quando há um retorno eu não posso nem ninguém pode assegurar que aquela família alterou completamente a sua dinâmica familiar e que aqueles problemas estão completamente resolvidos (...). O que nós podemos garantir é que naquele momento tudo foi feito e havia condições para aquelas crianças regressarem e assegurar que elas tenham um acompanhamento depois da saída. Ainda podemos ficar numa retaguarda durante algum tempo, mas nós não temos uma bola de cristal para dizer, esta família nunca mais vai ter problema nenhum. O importante é estarem devidamente acompanhadas e geralmente tão sempre ou por

creches ou por jardins de infância ou por escolas e por equipas da segurança social ou os CAFAP que acompanham a casa. Mas nós também não podemos dizer que numa família adotiva vai ser tudo perfeito, não há possibilidade de dizer que tudo é perfeito e que nada mais vá voltar estar em causa, temos é que ter a consciência que fazemos o nosso melhor e perante os dados que tínhamos na altura definimos de consciência plena que aquele era o melhor projeto de vida para aquela criança. E isso é que é um grande desafio, conseguirmos ter esta avaliação cuidada porque avaliações há muitas, mas a avaliação pormenorizada e cuidada e partilhada numa equipa multidisciplinar é o nosso grande desafio (Diretora da Casa do Parque, 2018).

Frustrações:

Na minha perspetiva a maior de todas é o tempo. É ver uma criança crescer aqui, sabendo que ela poderia estar num contexto familiar em que não teria metade dos problemas que tem crescendo numa instituição. Penso que será a maior frustração a este nível. Mas que tem a ver com a questão inicial, que era o volume dos processos que existe no tribunal e que obriga a que o tempo se prolongue cada vez mais, portanto isto está tudo ligado (Assistente Social da Casa do Parque, 2018).

É quando este processo todo falha, a maior frustração que nós podemos ter é uma família que trabalhamos em consciência que a criança ia com todas as condições que nos achávamos que deveria existir não sendo perfeita, mas não há perfeições em lado nenhum e depois isso acaba por desmoronar, apesar dos apoios. Isto é a maior frustração que nós podemos ter. Ainda acima desta frustração é quando a criança é adotada, em princípio presumimos por uma família devidamente avaliada e devidamente também acompanhada e há depois uma falha na relação que é estabelecida com a criança que as vezes nós achamos que deveria ter sido mais acompanhada. Depois a família desiste daquela criança e aquela criança volta ao sistema de acolhimento. Essa frustração é logo uma fase inicial ou mesmo quando vimos a saber anos mais tarde que falhou. (Diretora da Casa do Parque, 2018).

Casos Bem-Sucedidos:

Tantos.... É difícil escolher um, mas assim mais recentemente houve uma situação que foi muito gratificante para todas nós, que foi dois irmãos que estavam cá, um menino e uma menina que estiveram muito tempo à espera que se definisse a sua situação, tinham como resposta familiar apenas uma mãe sem capacidades de se organizar para poder estar com eles ,com pouca capacidade de estabelecer uma relação mais profunda para as crianças, apesar de gostar dos seus filhos mas também tinha a suas limitações

cognitivas e nós propusemos a adoção das crianças mas lá está, cada juiz é diferente... E, portanto, o juiz desta situação não estava em tempo útil a decidir, e uma vez que eles tinham aqui uma relação privilegiada com um casal voluntario, nos propusemos que esse casal assumisse a responsabilidade, ter termos legais – confiança à pessoa idónea – é o nome da medida de proteção. E, portanto, eles foram confiados a este casal com quem ficaram a viver e que assumiram a total responsabilidade e não dá para descrever a felicidade estampada na cara daquelas crianças quando lhes demos a notícia que iam viver com aquele casal. Foi uma situação muito gratificante, mas que ainda não acabou, ainda estamos à espera que seja definida a adoção e que eles possam ficar com este casal de forma mais, pelo menos no papel, mais definitiva, porque no coração nos sabemos que eles já lá estão (Assistente Social da Casa do Parque, 2018).

Um caso bem-sucedido, bem, um dos mais recentes e que nos deu, alias até posso dizer dois recentes que marcaram a equipa toda. Um foi o processo de um menino. Era um menino que passou aqui, que esteve ainda bastante tempo. Finalmente conseguiu se definir o projeto de vida e teve uma família adotiva maravilhosa e muito bem selecionada e muito bem acompanhada e, portanto, acho que foi um caso de grande sucesso porque ainda mais vamos sabendo notícias e sabemos que ele está bem, está feliz, é uma família que achamos não podia ter sido melhor selecionada. Um outro processo foi de retorno, de retorno à família biológica, uma criança que estava perdida em termos da sua família, porque acabou por ser apanhada numa situação de documentação ilegal e, portanto, essa criança foi aquela luta por encontrar a família, o reencontro, e agora ter ido para um outro país e viver em família e sabermos que ele está muito bem, muito acarinhado, também foi um processo muito importante (Diretora da Casa do Parque, 2018).

Casos com dificuldades:

Eram dois irmãos pequenos, um com oito anos outro com quatro anos que não tinham resposta familiar, eram filhos de pais diferentes e a mãe era uma pessoa doente terminal e, portanto, nós considerávamos que, até pela relação que eles tinham com a mãe que não era assim tão forte, tão significativa, que eles mereciam ter uma família e ser adotados. Mas como existia esta mãe e ninguém tem culpa de estar doente, foi definido que eles teriam de permanecer numa instituição até a idade adulta ou até que se viesse a definir uma outra situação. Portanto tivemos de ir pô-los numa outra instituição e isso foi a situação que mais me marcou negativamente em toda a minha vida profissional. E depois eles tiveram o seu percurso, até já tive a oportunidade de estar com o mais velho, já com 18 anos. Fez os seus estudos, já ia começar a trabalhar. Mas na minha perspetiva

acho que eles poderiam ter tido uma vida melhor (Assistente Social da Casa do Parque, 2018).

Acho que vou conseguir falar dele sem me emocionar, portanto era um menino, que primeiro entrou o irmão depois entrou ele, o irmão numa situação muito de toxicodependência, negligência. Era um menino que cuidava do irmão mais novo que era protetor e adulto na relação com o irmão mais novo e com a própria mãe e passou por aqui por uma vida, portanto o seu percurso enquanto estava acolhido foi muito traumático porque entretanto a mãe morreu de uma overdose e ele teve que gerir isso muito bem gerido e quando a mãe morre o irmão mais novo é adotado e a família que adota o irmão mais novo adota porque se responsabilizou por adotar o mais velho, porque eram filhos de pais diferentes. Entretanto depois deu-se mais tarde a adoção desse irmão, e ele foi adotado juntamente, portanto entrou em pré-adoção e, entretanto, essa família acabou por aceitar o mais novo e recusar o mais velho e nós tivemos que lidar aqui com o regresso deste menino, trabalhar esta criança para que voltasse a acreditar e voltasse a ser adotado por uma outra família. Acabou por no meio de tantas vicissitudes, com o tempo viemos a saber que o casal que adotou o mais velho permitiu o contacto com o mais novo. Pronto, mas foi uma situação... mais por não termos percebido, ninguém aqui da equipa da situação, da dinâmica familiar que adotou o mais pequenino e não percebermos este risco de querer ficarem só com um e não ficarem com o outro. É a primeira vez que eu falo neste processo e não me emocionei porque eu encontrei-o com 18 anos, muito mais tarde, casualmente e é uma criança que necessita de muito acompanhamento psicológico, mas que dentro dos possíveis está a lutar por estar bem e, portanto, foi a situação mais... Isto, as relações humanas e as relações de afeto são únicas e avaliar como é que elas ocorrem e a qualidade desses afetos é um grande desafio e é fundamental nesta área, é difícil e não é uma coisa exata não é, e, portanto, aqui a nossa experiência é de avaliar a qualidade do vínculo afetivo para depois apostar nele (Diretora da Casa do Parque, 2018).

CONCLUSÃO

Com a realização deste estudo na Casa do Parque foi possível conhecer a realidade das crianças que vivem atualmente numa casa de acolhimento, assim como concretizar os objetivos iniciais do trabalho. Conseguiu-se conhecer os antecedentes sociais e familiares de crianças institucionalizadas e os motivos específicos que levaram à sua institucionalização, os projetos de vida delineados para cada criança no final da sua institucionalização e caracterizar a Casa do Parque, a sua equipa e os procedimentos de trabalho com as crianças que acolhem.

Foi possível verificar neste trabalho que as crianças da Casa do Parque, na sua grande maioria, foram retiradas junto das suas famílias por motivos de negligência. Estas famílias são na sua maioria indivíduos que já tiveram infâncias muito problemáticas e que têm problemas graves de relação, de interiorização de regras, comportamentos delinquentes e problemas de saúde mental, apresentando-se como um assunto que merece uma grande atenção e cuidado por parte das autoridades responsáveis para salvaguardar os direitos das crianças.

As equipas das casas de acolhimentos têm de ser proactivas para lutarem por uma definição do projeto o mais célere possível porque quanto mais tempo a criança se prolongar acolhida maior serão as sequelas do seu trauma. Apesar da Casa do Parque tentar ser uma instituição mais próxima possível de um ambiente familiar, a verdade é que não o é. Desta forma é fundamental a qualificação dos recursos humanos que intervêm nesta área para funcionarem de uma forma coesa para melhor avaliar as crianças e a sua dinâmica familiar.

Neste estudo das crianças que concretizaram o seu projeto de vida, duas crianças foram para adoção nacional, dois irmãos reintegram a sua família biológica materna, uma criança reintegrou a sua família biológica alargada e outra criança reintegrou a sua família biológica.

A elaboração deste trabalho tornou-se muito gratificante, principalmente por ter conseguido criar uma ligação com a Casa do Parque. Fez também com que fizesse uma evolução progressiva nos conhecimentos teóricos e posterior aplicação prática, adquirindo assim competências técnico metodológicas que são exigidas no exercício profissional. Ao longo de todo este processo foi desenvolvida autonomia na concretização das atividades e tarefas. Foi feita a compilação de documentos importantes do processo de acolhimento das crianças, mas também sobre a organização e a dinâmica da instituição. Foram analisadas as suas necessidades, sendo que todo este processo foi uma mais valia na formação profissional e no enriquecimento das competências da autora.

A elaboração desta dissertação deu a possibilidade de estudar, estruturar, aprofundar e aplicar conhecimentos teóricos. Toda a pesquisa empírica, bem como o tratamento de inúmeros

dados de caracterização, fez adquirir um maior conhecimento da Casa do Parque, nos vários pontos importantes de recolha de dados de acordo com os objetivos delineados.

É bastante pertinente e importante a existência de um sociólogo nas casas de acolhimento para trabalhar os diferentes dados e, conseqüentemente, intervir de uma melhor forma para ambas as partes – para a casa de acolhimento e para os familiares das crianças acolhidas. Se soubermos o *background* das crianças, os seus contextos sociodemográficos, a sua cultura, entre outros, será mais facilitador a comunicação e as várias intenções entre ambas as partes.

Após a finalização desta dissertação é possível refletir acerca de todo o trabalho realizado e construir uma visão crítica do percurso efetuado. Todo este processo foi relevante e carregado de experiências tanto a nível pessoal como profissional, permitindo aprofundar a compreensão do contexto institucional, organizativo e territorial onde operam os profissionais e conhecer de perto a realidade com que lidam e os problemas das crianças que acolhem. Percebe-se que lidam com recursos limitados do ponto de vista material e dos recursos humanos, sendo fundamental o apoio recebido de voluntários e mecenas.

Por outro lado, os casos das crianças revelam as especificidades de algumas famílias, os problemas de desemprego que vivem, em vários casos decorrentes de doenças mentais ou de adições, noutros devido aos níveis baixos de escolaridade e níveis de literatura reduzidos afetarem negativamente as suas competências parentais. Trata-se de situações que fazem parte de quadros sociais inerentes à sociedade portuguesa e que as políticas de proteção social procuram colmatar.

Numa outra vertente, importa também assinalar os constrangimentos verificados a nível dos tribunais, onde os processos destas crianças se acumulam, fazendo retardar a definição dos seus projetos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aires, Luísa (2011), *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*, Lisboa, Universidade Aberta;

Aires, Luísa (2011), *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*, Lisboa, Universidade Aberta *apud* Colás Bravo, P.(1992): *La investigación en el campo*, Sevilla, Alfar;

Almeida, Ana Nunes de (2009), *Para uma sociologia da infância. Jogos de olhares, pistas para a investigação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais;

Carvalho, Maria João Leote de, et al (2015), *Família(s): Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*, Fundação Calouste Gulbenkian;

Carvalho, Maria João Leote de e Ferreira, Levina (2009), *Infância e Risco Social. Retratos da Imprensa Portuguesa*, Sociologia, Problemas e Práticas, 60;

Carvalho, Maria João Leote de (2013), *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*, Fundação Calouste Gulbenkian;

CNPDP CJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (n.d), “Conceito de Risco/Conceito de Perigo” (online), consultado em 20.06.2018. Disponível em: <https://www.cnpdpdj.gov.pt/materiais-diversos/a-crianca-em-risco/conceito-de-riscoperigo.aspx>

CNPDP CJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (n.d), “Sistema de Proteção Português” (online), consultado em 20.06.2018. Disponível em: <https://www.cnpdpdj.gov.pt/direitos-das-criancas/legislacao/legislacao-nacional/sistema-de-protecao-portugues.aspx#ponto5>;

Crescer Ser - Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família (2015), *Relatório de Atividades de 2015*;

Crescer Ser - Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família (2016), *Relatório de Atividades de 2016*;

Crescer Ser - Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família (2017), *Relatório de Atividades de 2017*;

Crescer Ser - Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família (2017), *Regulamento Interno no Centro de Acolhimento Temporário-2017*;

Crescer Ser – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (n.d), “Visão, Missão e Valores” (online), consultado em 13.03.2017. Disponível em: <http://www.crescerser.org/pt/quemsomos/visão,missãoevalores.aspx>;

Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideias, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais;

Lahire, Bernard (2004), *Retratos Sociológicos. Disposições e Variações Individuais*, Porto Alegre, Artmed Editora;

Morais, Isabel e Jorge do Ó (2011), *O Território da Privacidade das Crianças em Situação de Acolhimento Institucional Prolongado – Estudo de Caso*, Lisboa, Edições Sílado, Lda *apud* Giddens, A. (1994), *Modernidade e identidade pessoal* (M.V. Almeida, Trad.), Oeiras: Celta & Giddens, A. (1997), *Sociologia*. (Fundação Calouste Gulbenkian, Trad.), Lisboa: Fundação Calouste;

Sarmiento, Manuel Jacinto (2005), *Gerações e Alteridade: interrogações a partir de uma sociologia da infância*, Educ. Soc., Campinas, 26, 91;

Segurança Social (n.d), “Relatório CASA 2016” (online), consultado em 27.06.2018. Disponível em: http://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/9N8j/content/relatorio-casa-2016

Strecht, Pedro (1998), *Crescer Vazio: Repercussões Psíquicas do Abandono – Negligência e Maus Tratos em Crianças e Adolescentes*, Assírio & Alvim.

Unicef - A Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), “Preâmbulo” (online), consultado em 15.06.2018. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf

Unicef - A Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), “Parte I - Artigo 20º” (online), consultado em 15.06.2018. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf

FONTES

Lei nº147/99, de 01 de setembro, “*Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*”;

Lei 23/2017, de 23 de maio, “*Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*”;

APÊNDICES

**APÊNDICE Nº 1 – QUADRO DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS DE 13/03/2017 A
28/05/2018**

Nome fictício	Data de nascimento	Idade	Sexo	Situação escolar	Situação de saúde	Data acolhimento	Data de saída	Problemática	Projeto de vida delineado	Projeto de vida realizado
Vera	10.02.2015	3 anos	F	Permanecia em casa	Atraso no desenvolvimento	13.04.2015	19.09.2017	Negligência	Adoção Nacional	Adoção Nacional
Jonas	13.06.2011	6 anos	M	Jardim de Infância		26.06.2015	15.09.2017	Negligência	Adoção Nacional	Adoção Nacional
Artur	12.06.2014	3 anos	M	Jardim de Infância	VIH	06.01.2015		Negligência	Adoção Nacional	
Gabriel	21.03.2007	11 anos	M	4º ano	Défice de atenção	03.11.2016	31.03.2017	Maus tratos físicos e psicológicos	Adoção Nacional	Reintegração junto da família biológica materna
Gomes	26.08.2009	8 anos	M	3º ano	Défice de atenção	03.11.2016	31.08.2017	Maus tratos físicos e psicológicos	Adoção Nacional	Reintegração junto da família biológica materna
Alexandre	21.09.2011	6 anos	M	1º ano		29.04.2016		Suspeita de abuso sexual e negligência	Adoção Nacional	
Augusto	03.05.2014	4 anos	M	Jardim de Infância	Atraso no desenvolvimento	29.04.2016		Negligência	Adoção Nacional	
Tatiana	15.06.2016	1 anos	F	Jardim de Infância		03.11.2016		Negligência	Adoção Nacional	
Isabel	22.07.2011	6 anos	F	1º ano		15.12.2016	09.04.2018	Maus tratos psicológicos	Reintegração junto da família biológica alargada	Reintegração junto da família biológica alargada
Alice	16.08.2008	9 anos	F	3º ano		23.12.2016		Negligência	Em estudo	
Leonardo	13.11.2009	8 anos	M	2º ano		23.12.2016		Negligência	Em estudo	
Sara	02.10.2012	5 anos	F	Jardim de Infância		17.03.2017		Negligência	Reintegração junto da família biológica	

Carla	14.07.2015	2 anos	F	Jardim de Infância		17.03.2017		Negligência	Reintegração junto da família biológica	
Adriana	22.11.2010	7 anos	F	1º ano		22.03.2017		Negligência	Reintegração junto da família biológica	
Bruno	20.11.2011	6 anos	M	Jardim de Infância	Deficiência física	21.09.2017		Negligência	Em estudo	
Sandro	16.09.2017	8 meses	M	Permanece em casa		23.10.2017		Negligência	Em estudo	
Jorge	23.06.2017	11 meses	M	Permanece em casa	Atraso no desenvolvimento	08.11.2017		Negligência	Em estudo	
Simão	03.04.2008	10 anos	M	4º ano	Atraso no desenvolvimento	19.01.2018	23.05.2018	Desprovida de documentação legal	Reintegração junto da família biológica	Reintegração junto da família biológica

**APÊNDICE Nº 2 – QUADRO SOBRE OS FAMILIARES DAS CRIANÇAS
ACOLHIDAS DE 13/03/2017 A 28/05/2018**

Nome fictício	País origem dos pais		Origem dos avós		Escolaridade dos pais		Situação profissional dos pais		Situação de saúde dos pais		Com quem é que a criança residia antes do acolhimento	Existência de outros familiares fora do espaço de residência
	Mãe	Pai	Avós maternos	Avós paternos	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai		
Vera	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	9º ano	9º ano	Desempregada	Trabalha na construção civil	Toxicodependente	Saudável	Veio do hospital	Avós maternos
Jonas	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	4º ano	4º ano	Trabalhadora doméstica	Desempregado	Défice cognitivo - Borderline	Esquizofrenia	Mãe, avó e um irmão	Avô materno
Artur	Angola	Angola	Angola	Angola	3º ano	3º ano	Desempregada	Trabalha na construção civil	VIH	Saudável	Veio do hospital	Avô materna
Gabriel	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	12º ano		Auxiliar geriatria		Saudável	Saudável	Avô materna	Mãe
Gomes	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	12º ano		Auxiliar geriatria		Saudável	Saudável	Avô materna	Mãe
Alexandre	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	12º ano	12º ano	Auxiliar geriatria	Desempregado	Saudável	Problemas oncológicos	Mãe e pai	Primo materno
Augusto	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	12º ano	12º ano	Auxiliar geriatria	Desempregado	Saudável	Problemas oncológicos	Mãe e pai	Primo materno
Tatiana	Angola	Angola	Angola	Angola	3º ano	3º ano	Desempregada	Trabalha na construção civil	VIH	Saudável	Veio do hospital	Avô materna
Isabel	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	6º ano	Licenciado	Desempregada	Trabalha em tratamento de águas	Saudável	Saudável	Mãe e pai	Tios paternos e tios maternos
Alice	Angola	Portugal	Angola	Portugal	6º ano	6º ano	Trabalhadora doméstica	Desempregado	Borderline	Saudável	Mãe, 3 irmãos, madrinha, 3 primos e 2 tios	
Leonardo	Angola	Portugal	Angola	Portugal	6º ano	6º ano	Trabalhadora doméstica	Desempregado	Borderline	Saudável	Mãe, 3 irmãos, madrinha, 3 primos e 2 tios	
Sara	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	9º ano	Licenciado	Trabalhadora doméstica	Reformado	Saudável	Saudável	Mãe e tia	
Carla	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	9º ano	Licenciado	Trabalhadora doméstica	Reformado	Saudável	Saudável	Mãe e tia	
Adriana	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	9º ano	Licenciado	Trabalhadora doméstica	Reformado	Saudável	Saudável	Mãe e tia	
Bruno	Guiné	Guiné	Guiné	Guiné	4º ano	4º ano	Trabalhadora doméstica	Trabalha na construção civil	Saudável	Saudável	Pai	
Sandro	Portugal		Portugal		12º ano		Desempregada		Saudável	Saudável	Veio do hospital	
Jorge	Portugal	Portugal	Portugal	Espanha	6º ano	6º ano	Desempregada	Trabalha na construção civil	Saudável	Toxicodependente	Mãe, pai, avós paternos e um tio	
Simão	Guiné	Guiné	Guiné	Guiné	Licenciada	Licenciado	Auxiliar de saúde	Trabalho na área da segurança de incêndios	Saudável	Saudável	Amigo do pai	Mãe, pai e irmãos

APÊNDICE Nº 3 – GUIÃO DE ENTREVISTA

Guião de entrevista

“A construção dos projetos de vida no quadro das dinâmicas institucionais”

1. Questões importantes a ter em conta na definição dos projetos de vida das crianças, no quadro das relações entre as várias instituições
2. Aspetos problemáticos
3. Dinâmica entre a instituição e os tribunais – de que modo é que afeta projetos de vida
4. Aspetos onde é necessário melhorar? De que modo?
5. Os juízes
6. As famílias
7. Adoção
8. Desafios
9. Frustrações
10. Análise de casos individuais- Bem-sucedido; Com dificuldades

APÊNDICE Nº 4 – GUIÃO DE OBSERVAÇÃO

Guião de Observação

○ **Comportamento dos alunos**

Permanecem calados e atentos ao que professor explica

Fazem o que o professor diz

Enquanto um dos alunos está a fazer os exercícios com o professor o que os outros se encontram a fazer

Perguntam quando não percebem o exercício

Como é que os alunos pedem ajuda

Todos os alunos recebem o mesmo tempo de atenção

Os alunos ajudam na tomada de decisões acerca das atividades

Os alunos encontram-se entusiasmados e interessados à aula

○ **Comportamento do professor**

Como explica os exercícios

A maneira de falar com os alunos

Está atento a todos os alunos

Como organiza as aulas

Explicita as regras

O professor sabe o nome dos alunos

O professor ouve atentamente os alunos

○ **Caracterização da aula**

Existe alguma rotina

Existe diferenciação de atividades de acordo com as necessidades de cada aluno

As atividades entusiasмам todos os alunos

○ **Caracterização do ambiente**